

2025

RELATÓRIO E CONTAS

4560-501 PENAFIEL
Rua Abílio Miranda, 89



INDÍCE

CAPÍTULO I – RELATÓRIO DE GESTÃO	01
• A empresa	01
• Mensagem do Conselho de Administração	06
• Principais indicadores	07
• Cronologia	11
• Qualidade da água	12
• Recursos Humanos	14
• Segurança e Saúde no Trabalho	17
• Compliance e Prevenção da Corrupção	20
• Proteção de dados pessoais	22
• Sistemas Informáticos	23
• Educação ambiental	24
• Clientes	26
• Gestão da frota	29
• Gestão de operações	30
◦ Abastecimento em alta	31
◦ Distribuição de água	34
◦ Águas residuais	35
◦ Obras	40
CAPÍTULO II – DESEMPENHO ECONÓMICO–FINANCEIRO	43
CAPÍTULO III – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	52
CAPÍTULO IV – RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	74
CAPÍTULO V – GOVERNO DA SOCIEDADE	80

CAPÍTULO I

RELATÓRIO DE GESTÃO

A EMPRESA

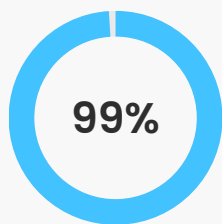
A Penafiel Verde E.M., por delegação do Município de Penafiel, é responsável pela gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água potável, bem como, a drenagem e tratamento de águas residuais, produzidas no concelho de Penafiel.

Fundada em 2006, a Penafiel Verde E.M. tem realizado vários investimentos no concelho de Penafiel, reforçados pela capacidade de planeamento e de execução, mas também, pela experiência na gestão operacional e financeira.

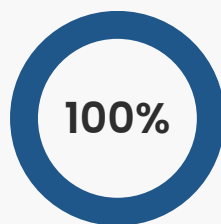
Desde a sua fundação, a Penafiel Verde E.M. tem por objetivo a melhoria contínua na prestação de serviços aos seus clientes e consumidores. Um objetivo que tem vindo a ser conquistado graças ao empenho e dedicação de uma equipa de profissionais qualificados que, diariamente, zelam pelo recurso escasso e essencial à vida que é a nossa água.

Em Penafiel, beber água da torneira é beber qualidade.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA



Acessibilidade física do serviço



Água Segura



108

Zonas de Medição e Controlo (ZMC)

12 000 m3

Capacidade máxima de reserva de água

796,70 km

Extensão total da rede de condutas

6 anos

Idade média dos contadores

16

Reservatórios

9 265 m3

Volume diário de água captada

68,25 litros /ramal/dia

Perdas Reais de água

1256/ano

Análises à qualidade da água

5

Estações Elevatórias

6 850 m3

Volume diário de água fornecida

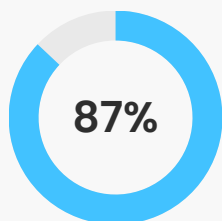
22 583

Ramais domiciliários

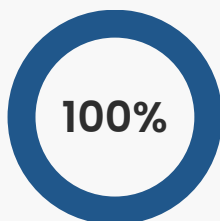
125,5 km

Extensão total de ramais domiciliários

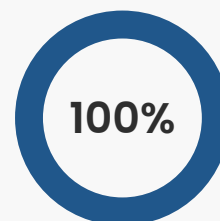
SISTEMA DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS



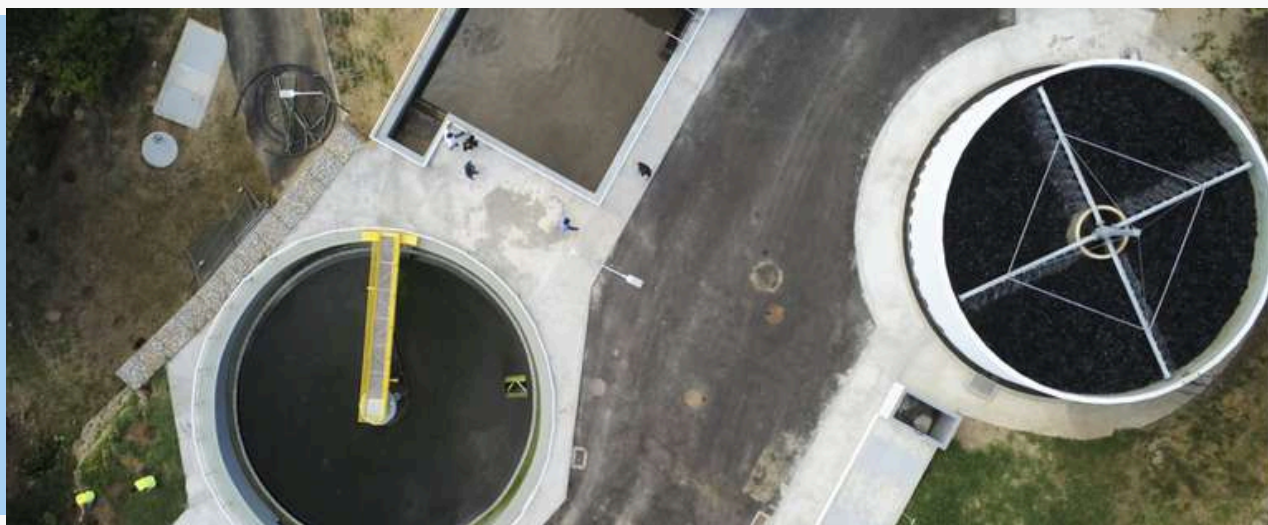
Acessibilidade física do serviço



Encaminhamento adequado de lamas de tratamento



Cumprimento dos parâmetros de descarga



452/ano

Análises aos efluentes das ETAR

4

Ocorrência de colapsos estruturais em coletores

507,43km

Extensão total da rede de coletores

1 861 m3

Volume diário de águas residuais tratadas

7

ETAR

49

Estações Elevatórias

4 147 m3

Volume diário de águas residuais entregue em alta

19537

Clientes de Saneamento

VISÃO

Ser reconhecida, pelos seus clientes e outras entidades com as quais interage, como uma empresa municipal de referência no serviço público de abastecimento de água e drenagem águas residuais, pela sua competência e qualidade dos serviços prestados.

MISSÃO

Gestão e exploração, de forma sustentada, dos sistemas públicos de captação e distribuição de água potável e de drenagem e tratamento de águas residuais, produzidas no concelho de Penafiel, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos respetivos cidadãos.

VALORES

Serviço Público

Desenvolvimento Sustentável

Qualidade do serviço

O Conselho de Administração da Penafiel Verde, E.M., compromete-se a implementar, manter e melhorar continuamente os seus sistemas, assegurando o cumprimento das normas, certificações, bem como da legislação e regulamentação aplicáveis. Este compromisso visa melhorar o desempenho global da organização, promover o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente, garantindo simultaneamente a integridade e transparência das práticas empresariais. Deste modo, procura-se responder de forma eficaz às necessidades e expectativas das partes interessadas, através da prestação de serviços de elevada qualidade.

1. Satisfação dos Utilizadores e Partes Interessadas

Prestar serviços de qualidade, eficientes e fiáveis, considerando as necessidades e expectativas dos utilizadores, colaboradores, parceiros, autoridades e comunidade em geral.

2. Proteção do Ambiente e Prevenção da Poluição

Promover a consciencialização ambiental entre os nossos colaboradores, fornecedores e partes interessadas, garantindo que todos estejam cientes da importância da gestão ambiental.

3. Promoção da Sustentabilidade

Incentivar o uso eficiente dos recursos naturais, adotando práticas e tecnologias que contribuam para a sustentabilidade em todas as nossas operações.

4. Cumprimento Legal e Outros Requisitos

Assegurar o cumprimento rigoroso da legislação, regulamentação, normas aplicáveis, incluindo requisitos ambientais, de qualidade, anticorrupção, saúde pública, Plano de Segurança da Água e demais obrigações de conformidade.

5. Melhoria Contínua

Promover a melhoria contínua do Sistema de Gestão Integrado e do desempenho organizacional, através da definição, monitorização e avaliação periódica de objetivos e metas mensuráveis.

6. Formação e Consciencialização

Promover a valorização profissional, a formação contínua e a consciencialização dos colaboradores em matérias de Qualidade, Ambiente, Ética e Anticorrupção.

7. Segurança e Saúde dos Trabalhadores

Promover condições de trabalho seguras e saudáveis, prevenindo lesões, acidentes de trabalho e doenças profissionais, apostando numa cultura de prevenção junto de todos os colaboradores.

8. Integridade, Ética e Transparência

Atuar com elevados padrões de integridade, ética e transparência, proibindo qualquer forma de corrupção, suborno ou vantagem indevida, direta ou indireta. A organização assegura uma Função de Conformidade Anticorrupção independente e com autoridade.

9. Prevenção de Conflitos de Interesses

Assegurar que todos os colaboradores evitam situações de conflito de interesses, devendo estas ser comunicadas sempre que ocorram.

10. Canal de Denúncias

Disponibilizar um Canal de Denúncias seguro e confidencial, garantindo a proteção dos denunciadores contra qualquer forma de represália.

11. Relação com Fornecedores e Parceiros

Assegurar processos de avaliação, qualificação e due diligence de fornecedores e parceiros, em conformidade com o Código dos Contratos Públicos e os princípios éticos da organização.

12. Comunicação e Envolvimento das Partes Interessadas

Manter uma comunicação transparente e eficaz com as partes interessadas internas e externas, nomeadamente, colaboradores, comunidade local, autoridades ambientais e outros parceiros.

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento dos seus Estatutos e do regime legal aplicável, o Conselho de Administração da Penafiel Verde, E.M. apresenta o Relatório e Contas referente ao exercício de 2025.

Desde a sua constituição, em 2006, a Penafiel Verde, E.M. tem orientado a sua atuação pela promoção do bem-estar dos munícipes de Penafiel, alinhando a sua estratégia com as políticas nacionais e comunitárias do setor do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais.

Ao longo dos anos, a empresa tem mantido uma forte aposta no investimento em infraestruturas, com vista ao reforço e à modernização das redes de abastecimento de água e de saneamento. Este esforço contínuo permitiu elevar significativamente os níveis de cobertura no concelho, aproximando-os dos padrões nacionais.

Atualmente, a taxa de acessibilidade física ao serviço de abastecimento de água no concelho de Penafiel situa-se nos 99%. No que respeita ao saneamento de águas residuais, área que historicamente exigiu um investimento mais intensivo, a taxa de acessibilidade física atinge os 87%, aproximando-se da média nacional de alojamentos servidos por sistemas públicos de recolha e tratamento de águas residuais urbanas.

A convergência progressiva com os objetivos nacionais e com os indicadores médios do território, em particular nas zonas medianamente urbanas, coloca hoje à Penafiel Verde, E.M. desafios cada vez mais exigentes, centrados na eficiência operacional, na sustentabilidade económico-financeira, na inovação e na qualidade do serviço prestado.

No exercício de 2025, a empresa encerrou o ano com uma posição sólida e equilibrada, assegurando a sustentabilidade dos sistemas, a manutenção de elevados padrões de qualidade e a satisfação dos seus utilizadores.

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento aos Órgãos Institucionais da Empresa e em especial ao acionista, a Câmara Municipal de Penafiel, pela relação de cooperação construída ao longo dos anos, pela confiança demonstrada e pelo apoio consistente a uma estratégia de crescimento sustentado, assente na qualidade e na excelência do serviço público prestado aos munícipes.

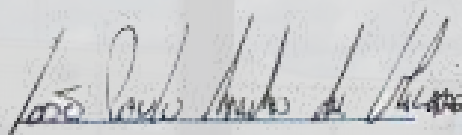
Dirigimos, igualmente, uma palavra de profundo agradecimento a todos os colaboradores da Penafiel Verde, E.M., cuja dedicação, profissionalismo e empenho diário foram determinantes para os resultados alcançados e para a contínua melhoria da qualidade de vida dos Penafidelenses.

Penafiel, 18 de março de 2026

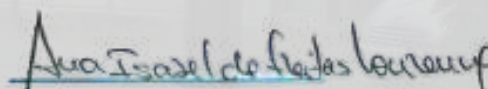
O Conselho de Administração



António Gaspar Ferreira Dias
Presidente



João Paulo Mendes de Oliveira
Administrador executivo



Ana Isabel de Freitas Lourenço
Administradora não executiva

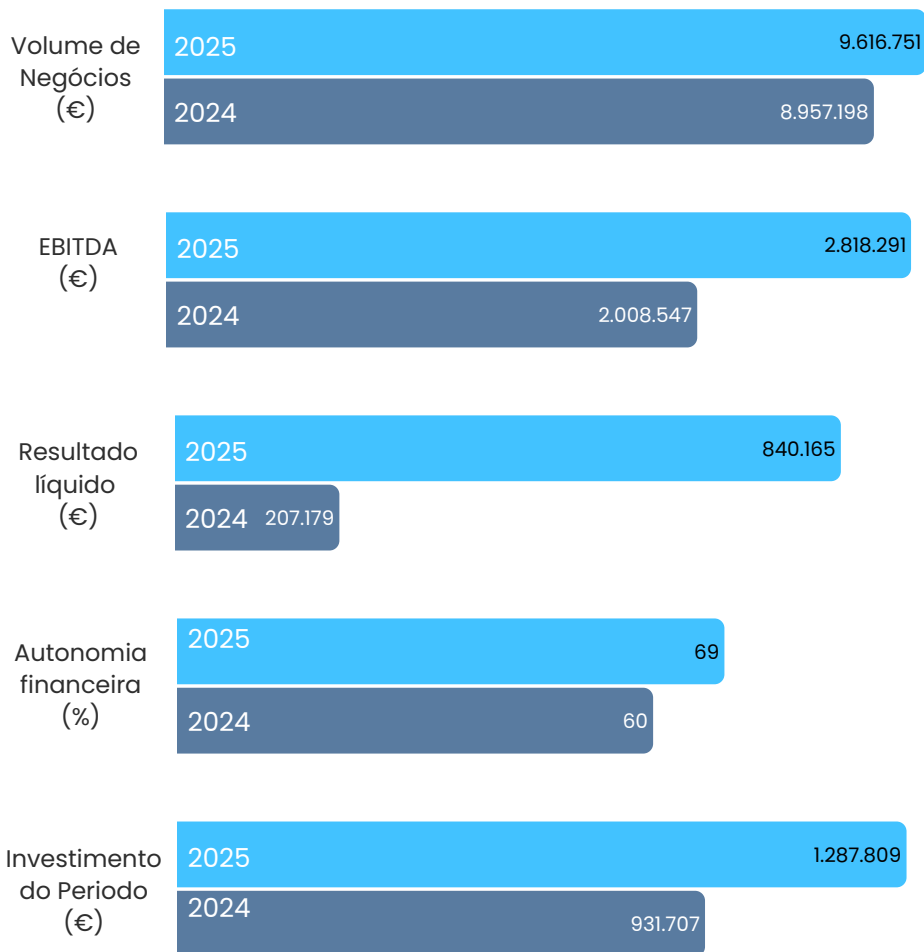
PRINCIPAIS INDICADORES

Áreas	Unidade	2024	2025
Gestão Operacional			
Abastecimento de Água			
Acessibilidade física ao serviço	%	98	99
Adesão ao serviço	%	72,9	74
Ocorrência de falhas no abastecimento (4h)	N.º/1000 ramais	0.05	0.00
Ocorrência de avarias em condutas	N.º/100 km	52	38
Água segura	%	100	100
Água entrada no sistema	m3	3 170 970	3 452 071
Água faturada	m3	2 295 816	2 500 349
Saneamento de Águas Residuais			
Acessibilidade física ao serviço	%	86	87
Adesão ao serviço	%	63,50	63,85
Águas residuais tratadas	m3	643 942	679 121
Cumprimento dos parâmetros de descarga	%	100	100
Ocorrência de inundações	N.º/1000 ramais	9.85	0.63
Ocorrência de colapsos em coletores	N.º/100 km	0.84	0.82
Gestão de Recursos Humanos			
Colaboradores	nº	81	86
Horas de formação/colaborador	horas	64	48
Investimento			
Investimento realizado no período	€	931 707	1 287 809
Economia e Finanças			
Volume de negócios	€	8 957 198	9 616 751
EBITDA	€	2 008 547	2 818 291
Resultado operacional (EBIT)	€	321 983	1 105 548
Resultado líquido	€	207 179	840 165
Autonomia financeira	%	60	69
Prazo médio de pagamento	nº de dias	43	22
Prazo médio de recebimento	nº de dias	66	59

EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA

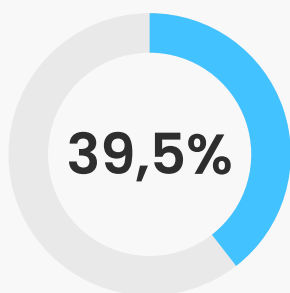
Objetivos	Meta 2025	Execução 2025	Avaliação
AA01b (Acessibilidade Física do Serviço)	98%	99%	✓
AR02b (Acessibilidade Física do Serviço)	85%	87%	✓
AA07b (Adesão ao Serviço)	75.7%	74%	✗
AR08b (Adesão ao Serviço)	67.9%	63,85%	✗
AA03 (Ocorrência de falhas no Abastecimento)	0.0	0.0	✓
AA05ab (Resposta a Reclamações e Sugestões)	100%	100%	✓
AR05ab (Resposta a Reclamações e Sugestões)	100%	100%	✓
AA09ab (Renovação das Redes)	0.4%	0.7%	✓
AR09ab (Renovação das Redes)	0.2%	0.0%	✗
AA15b (Perdas Reais de Água)	80	69	✗
AA08ab (Água não faturada)	25.5%	27.57%	✓
AA10ab (Ocorrência de Avarias em Conduta)	64	38	✓
Autonomia Financeira	57%	69%	✓
Resultado Líquido	117 K (€)	840 K (€)	
Iniciativas Estratégicas			
Implementação de ZMC's (zonas de medição e controlo)	2	2	✓
Promover e manter um sistema de gestão patrimonial de infraestruturas	-	-	✓
Manter o Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a norma NP EN ISO 9001	-	-	✓
Plano de Investimentos			
Infraestruturas de Saneamento	543 717 €	733 940 €	-
Infraestruturas de Água	593 865 €	547 486 €	-
Infraestruturas comuns	14 135 €	0 €	-
Equipamentos de Água	62 643 €	0 €	-
Equipamentos comuns	56 750 €	6 384 €	-
Total de Investimentos	1 271 110 €	1 287 809 €	✓

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

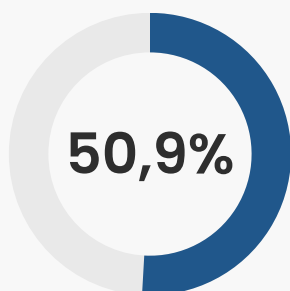


PLANO DE INVESTIMENTOS

Execução do plano de investimentos



Abastecimento de água
547 486 €



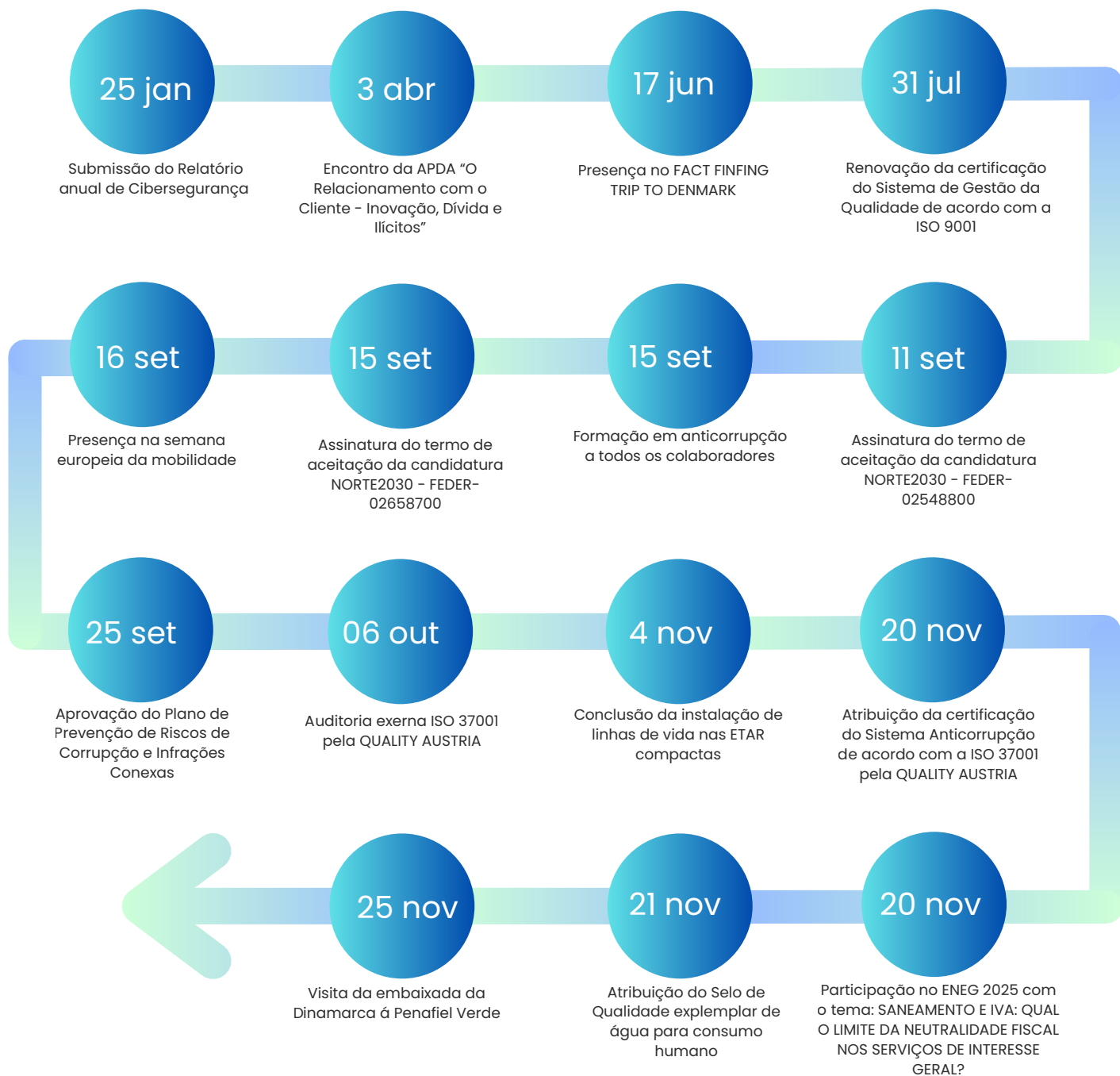
Drenagem e tratamento
de águas residuais
733 940 €



Outros investimentos
6 384€



CRONOLOGIA



QUALIDADE DA ÁGUA



Da origem até à torneira...

A Penafiel Verde, E.M. abastece à população do concelho uma água 100% segura. Tal significa que, os consumidores podem usufruir da mesma sem receio de que daí possam advir impactos negativos na sua saúde.

Com efeito, e para que se ateste a qualidade da água abastecida, é imperativo realizar um rigoroso e extenso controlo analítico da mesma, ao longo de todo o sistema de abastecimento.

Esse controlo inicia-se na origem da água captada, através de recolha e análise das águas brutas, dando cumprimento à licença da Captação de Entre-os-Rios, através da realização de recolhas mensais de água no Rio Tâmega, com vista à monitorização das características da água captada. O Plano de Controlo Operacional da Penafiel Verde, E.M. salvaguarda a qualidade da água ao longo do sistema de abastecimento, desde a higienização de reservatórios até à supervisão e controlo dos sistemas de tratamento da água instalados. Por fim, a qualidade da água fornecida pela Penafiel Verde, E.M. é também comprovada na torneira do consumidor, através da execução do Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), devidamente aprovado pela ERSAR.

No total, em 2025 foram realizadas 1256 análises em diferentes pontos do sistema de abastecimento, desde a origem até à torneira.



PLANO DE SEGURANÇA DA ÁGUA E PLANO DE COMUNICAÇÃO E GESTÃO DE CRISE

Garantir que a água distribuída é segura e protege a saúde pública é fundamental. Da mesma forma, é essencial conhecer e atender às necessidades e expectativas dos consumidores, assegurando que a água disponibilizada apresenta qualidade adequada e que o abastecimento decorre de forma contínua, com quantidade e pressão suficientes.

A capacidade da empresa para intervir de forma rápida sempre que ocorre alguma anomalia reforça a confiança dos consumidores, demonstrando profissionalismo, eficácia e a garantia de que existem soluções alternativas seguras sempre que necessário.

Neste sentido, a Penafiel Verde, E.M. assegura a monitorização permanente do Plano de Segurança da Água (PSA), aplicando uma gestão preventiva e responsável de todo o sistema.

A articulação entre o PSA e o Plano de Gestão de Crise (PGC) é fundamental para garantir uma abordagem integrada, eficaz e orientada para a proteção da saúde pública e a continuidade dos serviços de abastecimento. Isto porque:

O PSA concentra-se na prevenção, identificando e controlando riscos que possam afetar a qualidade da água ao longo de todo o sistema de abastecimento.

O PGC, por sua vez, define como atuar perante situações críticas ou inesperadas, como contaminações, falhas operacionais ou fenómenos naturais, orientando uma resposta rápida e estruturada.

Após o apagão ocorrido a 28 de abril de 2025 (aproximadamente 12 h sem energia), a Penafiel Verde, E.M. desenvolveu um conjunto de ações destinadas a reforçar a resiliência do sistema de abastecimento de água perante eventuais falhas de energia.

A implementação destas ações está prevista decorrer ao longo do ano de 2026.



1256
ANÁLISES
REALIZADAS



RECURSOS HUMANOS

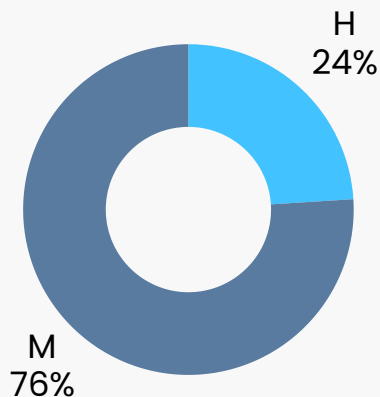
No que respeita à gestão de pessoas, a Penafiel Verde, E.M. desenvolve a sua atuação em conformidade com a missão, visão, valores e objetivos estratégicos da empresa, assumindo como princípio orientador a promoção de um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e propício ao desempenho organizacional. As políticas de recursos humanos implementadas visam assegurar condições que favoreçam a motivação, o compromisso e o desenvolvimento profissional dos colaboradores, reconhecendo o seu contributo essencial para a prossecução dos objetivos estratégicos da entidade.

A Penafiel Verde, E.M. aposta na valorização do capital humano, promovendo ações de formação, capacitação e desenvolvimento de competências, bem como iniciativas orientadas para a promoção do bem-estar e para o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. Paralelamente, as práticas de gestão de recursos humanos procuram reforçar a atração e retenção de profissionais qualificados, com perfis e competências adequados às exigências funcionais e aos desafios decorrentes da atividade desenvolvida.

A empresa assume igualmente o compromisso com a consolidação de uma cultura organizacional assente em princípios de cooperação, confiança, respeito institucional e responsabilidade, incentivando a participação ativa dos colaboradores na melhoria contínua dos processos e na qualidade do serviço público prestado.

Relativamente ao universo de trabalhadores, a Penafiel Verde, E.M. contava, à data de referência (31 de dezembro de 2025), com um total de 86 colaboradores, evidenciando uma estrutura de recursos humanos estável e ajustada às necessidades operacionais da empresa.

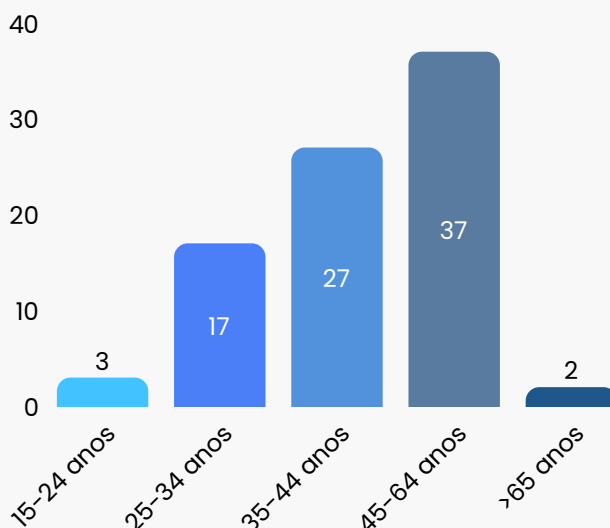
No que respeita à distribuição por género, verifica-se uma predominância do género masculino, que representa cerca de 75,6 % do total de trabalhadores, enquanto o género feminino corresponde a aproximadamente 24,4 %. Esta distribuição reflete, em grande medida, a natureza operacional de várias das funções desempenhadas no seio da organização, sem prejuízo do compromisso assumido pela empresa na promoção da igualdade de oportunidades e da não discriminação no acesso ao emprego e na progressão profissional.



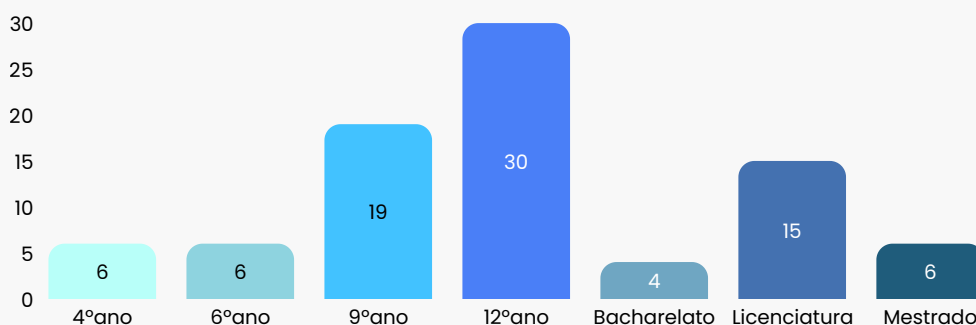
Distribuição dos recursos humanos por género

A análise da estrutura etária revela um corpo de trabalhadores maioritariamente integrado em faixas etárias intermédias, destacando-se a faixa dos 45 aos 64 anos, que concentra o maior número de colaboradores, seguida da faixa dos 35 aos 44 anos. Este enquadramento etário traduz uma combinação relevante de experiência profissional e conhecimento organizacional, coexistindo com grupos etários mais jovens, essenciais para a renovação geracional e para a continuidade da atividade no médio e longo prazo.

Distribuição dos recursos humanos por escalão etário



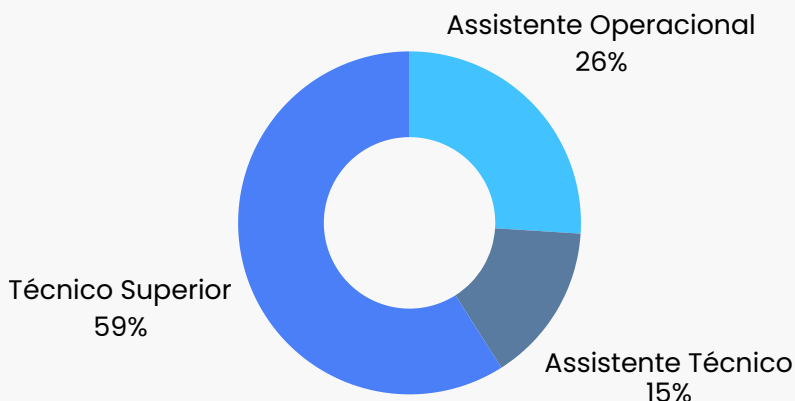
Ao nível das habilitações literárias, observa-se uma diversidade de qualificações, com predominância do ensino secundário (12.º ano), seguido do 9.º ano de escolaridade. Regista-se igualmente uma presença significativa de colaboradores com formação superior, o que contribui para o reforço das competências técnicas e para a capacidade de resposta da empresa aos desafios operacionais, administrativos e estratégicos que enfrenta.



Distribuição dos recursos humanos por habilitações literárias

Quanto à distribuição por categoria profissional, a maioria dos trabalhadores integra a carreira de Assistente Operacional, refletindo o peso das atividades de natureza operacional no âmbito da missão da Penafiel Verde, E.M. Paralelamente, a empresa conta com um número relevante de Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos, assegurando o suporte técnico, administrativo e especializado indispensável ao funcionamento eficiente da organização.

Distribuição dos recursos humanos por categoria profissional





Em termos globais, a caracterização do capital humano evidencia uma estrutura equilibrada, com níveis adequados de qualificação, experiência e diversidade funcional, permitindo à Penafiel Verde, E.M. prosseguir os seus objetivos estratégicos e garantir a prestação de um serviço público de qualidade, assente na valorização contínua dos seus recursos humanos.

No que respeita aos indicadores de gestão de recursos humanos, regista-se, no período em análise, uma taxa média de absentismo de 7,4%, valor que reflete o impacto das ausências ao trabalho no normal funcionamento da organização. Este indicador é acompanhado de forma sistemática pela empresa, constituindo um elemento relevante para a definição de medidas preventivas e de promoção do bem-estar, da saúde ocupacional e da conciliação entre a vida profissional e pessoal, com vista à redução progressiva das situações de absentismo e ao reforço da produtividade organizacional.



No domínio da formação profissional, a Penafiel Verde, E.M. manteve uma aposta orientada para o reforço das competências essenciais ao desempenho organizacional. A maior incidência de horas de formação concentrou-se nas áreas de Enquadramento na organização/empresa, Informática e Segurança e Higiene no Trabalho, refletindo a prioridade atribuída ao alinhamento institucional, ao desenvolvimento de competências digitais e à promoção de condições de trabalho seguras.

Complementarmente, foram realizadas ações de formação em áreas como Direito, Contabilidade e Fiscalidade, Serviços de Saúde Pública e Informação e Jornalismo, contribuindo para a atualização de conhecimentos técnicos específicos e para uma abordagem formativa ajustada às diferentes funções existentes na organização.

No seu conjunto, a formação ministrada evidencia uma estratégia focada no desenvolvimento contínuo dos colaboradores, na melhoria do desempenho organizacional e na qualidade do serviço público prestado.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Ao longo do ano de 2025, a Penafiel Verde E.M. reforçou o seu compromisso com a Segurança e Saúde no Trabalho, mantendo como eixo central da sua atuação a proteção e valorização dos seus trabalhadores. Acreditamos que a promoção de condições de trabalho seguras e saudáveis constitui um fator essencial para a prevenção de acidentes, redução de riscos profissionais e fortalecimento de uma cultura organizacional responsável e sustentável.

Assente numa abordagem sistemática e preventiva, a Unidade de Segurança e Saúde no Trabalho desenvolveu um conjunto alargado de iniciativas, das quais:

- ☑ **Levantamento, análise e atualização contínua da avaliação de riscos profissionais;**
- ☑ **Acompanhamento técnico às equipas operacionais no terreno;**
- ☑ **Reforço da correta utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's);**
- ☑ **Implementação e verificação de medidas de Proteção Coletiva;**
- ☑ **Promoção de comportamentos seguros e boas práticas operacionais;**
- ☑ **Consolidação dos Sistemas de Autoproteção no âmbito da Segurança Contra Incêndio;**
- ☑ **Monitorização e análise de indicadores de desempenho em matéria de segurança;**
- ☑ **Realização de exames de vigilância da saúde no âmbito da Medicina do Trabalho;**

Das iniciativas enunciadas, destacam-se a "Implementação e verificação de medidas de Proteção Coletiva", nomeadamente a aplicação de Linhas de Vida nas ETAR's Compactas, a "Consolidação dos Sistemas de Autoproteção no âmbito da Segurança Contra Incêndio" com a execução das Medidas de Autoproteção na ETAR das Termas de S. Vicente.



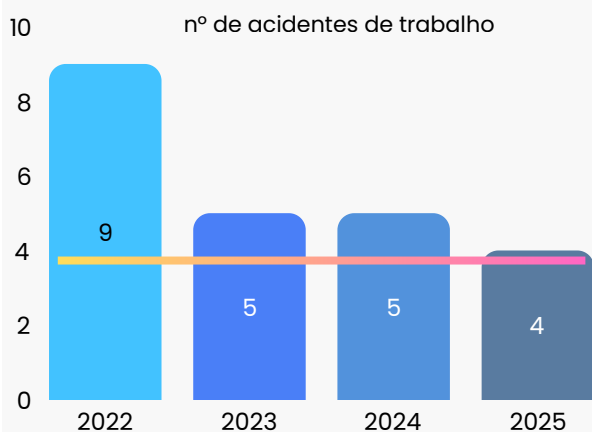


A formação na área da Segurança e Saúde no Trabalho assumiu igualmente um papel fundamental na consolidação de uma cultura de prevenção. Durante o ano de 2025 foram ministradas 900 horas de formação, distribuídas pelos seguintes eixos:

- Trabalhos em Altura;
- Trabalhos com Riscos Biológicos;
- Transporte Manual e Mecânico de Cargas;
- Trabalhos com Risco Elétrico;
- Formação Básica de Segurança

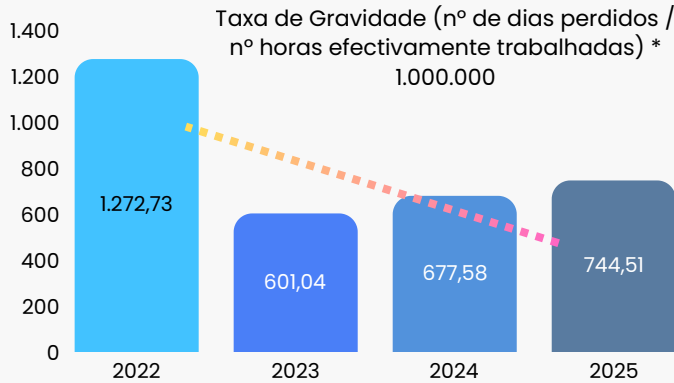
A Unidade de Segurança e Saúde no Trabalho garantiu o acompanhamento técnico presencial de atividades consideradas de risco elevado, designadamente trabalhos em altura e intervenções em espaços confinados, realizados nas diversas infraestruturas da empresa – poços, ETAR's, captações, estações elevatórias, entre outras.

Este acompanhamento permitiu assegurar o cumprimento rigoroso dos procedimentos de segurança definidos, a verificação das condições de acesso, ventilação e monitorização atmosférica, bem como a validação da utilização adequada de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva, reforçando a prevenção de acidentes e a proteção dos trabalhadores envolvidos.

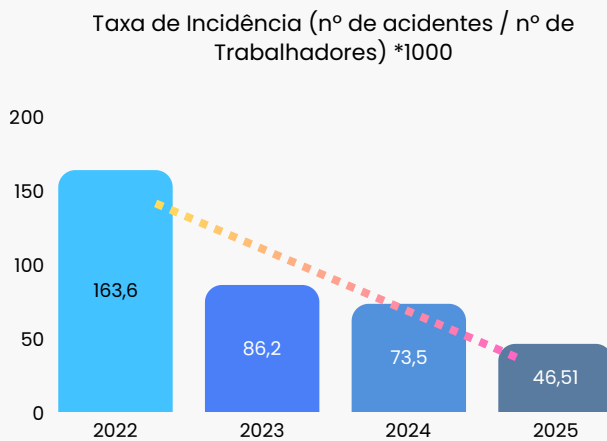


No que concerne à sinistralidade laboral, o objetivo estratégico para a redução do número de acidentes de trabalho, face ao ano anterior, foi alcançado. Foram considerados 4 acidentes de trabalho, espelhando diretamente a diminuição da Taxa de Incidência.

Apesar do número de acidentes de trabalho ter diminuído, o indicador Taxa de Frequência e Taxa de Gravidade, evidenciam a necessidade contínua de reforçar as medidas preventivas, a sensibilização para comportamentos seguros e o acompanhamento operacional das atividades críticas.



A análise da estrutura etária revela um corpo de trabalhadores maioritariamente integrado em faixas etárias intermédias, destacando-se a faixa dos 45 aos 64 anos, que concentra o maior número de colaboradores, seguida da faixa dos 35 aos 44 anos. Este enquadramento etário traduz uma combinação relevante de experiência profissional e conhecimento organizacional, coexistindo com grupos etários mais jovens, essenciais para a renovação geracional e para a continuidade da atividade no médio e longo prazo.



A Segurança e Saúde no Trabalho deve manter-se como um compromisso permanente e transversal a toda a organização. Os resultados obtidos reforçam a importância de continuar a investir na prevenção, na formação e na consolidação de uma cultura de segurança sólida e participativa. Só através de uma melhoria contínua, do envolvimento de todos e da aprendizagem com cada ocorrência será possível evoluir de forma sustentada rumo ao objetivo de zero acidentes.



COMPLIANCE E DA PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

No domínio do compliance e da prevenção da corrupção, a Penafiel Verde, E.M. manteve em 2025 uma abordagem estruturada e alinhada com as melhores práticas nacionais e internacionais, reforçando os mecanismos internos de prevenção, deteção e mitigação de riscos de corrupção e infrações conexas.

Neste âmbito, destacam-se as seguintes iniciativas desenvolvidas ao longo do ano:

- Implementação e monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC/PPR), garantindo o acompanhamento sistemático dos riscos identificados e das respetivas medidas de mitigação;
- Programa de formação e sensibilização em ética e conduta, dirigido aos colaboradores, com o objetivo de reforçar a cultura organizacional de integridade, transparência e responsabilidade;
- Funcionamento integral do Canal Interno de Denúncias, assegurando condições adequadas para a receção, análise e tratamento de comunicações de irregularidades, em conformidade com o regime de proteção de denunciante;
- Implementação e reforço de controlos financeiros e não financeiros, destinados a prevenir e detetar situações suscetíveis de configurar práticas irregulares;
- Realização de procedimentos de due diligence aplicáveis a fornecedores e recursos humanos, visando reforçar os mecanismos de avaliação de integridade nas relações contratuais e nos processos de recrutamento;
- Integração do sistema de prevenção da corrupção com outros sistemas de gestão existentes na organização, promovendo uma abordagem transversal e coerente em matéria de governação e controlo interno

Barcelle



CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA ANTICORRUPÇÃO

Importa ainda destacar, de forma particular, que a Penafiel Verde, E.M. obteve em 2025 a certificação do seu Sistema de Gestão Anticorrupção pela norma ISO 37001, atribuída pela entidade certificadora QUALITY AUSTRIA em parceria com a APCER. Esta certificação constitui um marco relevante para a organização, reconhecendo formalmente a robustez e a maturidade do seu sistema de prevenção da corrupção.

A obtenção desta certificação posiciona a Penafiel Verde, E.M. na vanguarda da implementação de boas práticas de integridade e anticorrupção, tanto no contexto do setor em que opera como no universo da Administração Pública em Portugal, reforçando a credibilidade institucional da empresa e o seu compromisso com elevados padrões de ética, transparência e responsabilidade na gestão pública.



não conformidades
ZERO



Pontos de fortes a destacar
CINCO



recomendações de melhoria
TRÊS

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS



Durante o ano de 2025, a Penafiel Verde, E.M. prosseguiu o processo de consolidação do Sistema de Gestão de Proteção de Dados (SGPD), mantendo a coordenação das atividades de monitorização e acompanhamento no âmbito da Unidade de Controlo Interno, em articulação com o Encarregado de Proteção de Dados.

No âmbito do plano de ação definido na sequência do levantamento de riscos realizado anteriormente, foram implementadas cerca de 74% das medidas de mitigação identificadas, o que contribuiu para reforçar a robustez e a resiliência do sistema de proteção de dados da organização. A execução destas medidas incidiu, sobretudo, na melhoria dos procedimentos internos, no reforço dos mecanismos de controlo e na consolidação das boas práticas de tratamento de dados pessoais.


Durante o período em análise, foi assegurado o cumprimento das disposições do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação aplicável, não tendo sido registados incidentes de proteção de dados pessoais, nem ocorrências que tenham exigido comunicação à autoridade de controlo.

Os resultados obtidos refletem o compromisso da organização com a proteção da privacidade e dos dados pessoais, bem como a contínua melhoria dos mecanismos internos de prevenção, controlo e conformidade nesta matéria.

Potenciais riscos com dados pessoais

 **64 riscos identificados**

Registo de Atividades de Tratamento

 **27 RATS Identificados**

Medidas para mitigação dos riscos

 **64 medidas sugeridas**

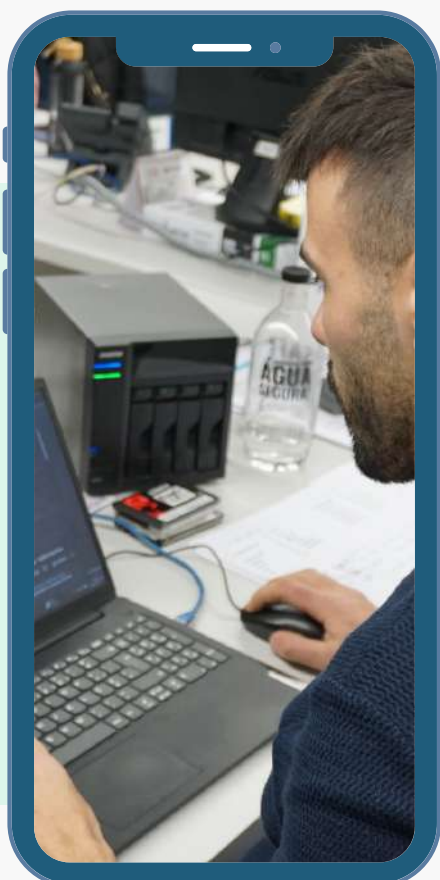
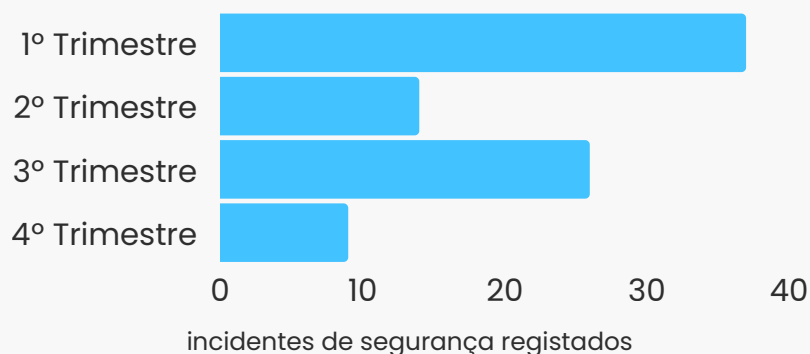


Para 2026, encontra-se prevista a realização de uma revisão exaustiva dos Registos das Atividades de Tratamento (RATs), com o objetivo de atualizar e validar todos os tratamentos de dados pessoais existentes na organização. Paralelamente, será igualmente promovido um reforço das ações de formação e sensibilização dirigidas aos colaboradores, visando consolidar a cultura organizacional de proteção de dados.

SISTEMAS INFORMÁTICOS

Durante o ano de 2025 foram desenvolvidas iniciativas com foco na melhoria dos processos internos e no reforço da segurança operacional:

- Implementação de uma Plataforma de Helpdesk:
- Foi introduzida uma solução centralizada para gestão de pedidos e incidentes, permitindo maior eficiência no suporte técnico, melhor acompanhamento das ocorrências e acesso a métricas que suportam decisões de melhoria contínua.
- Levantamento e Definição de Acessos Lógicos:
- Procedeu-se ao levantamento completo dos acessos lógicos existentes, seguido da sua reorganização conforme as políticas internas da empresa. Esta ação permitiu assegurar a conformidade, aplicar o princípio do menor privilégio e melhorar o controlo sobre os acessos aos sistemas.



Plataforma de Helpdesk:

em funcionamento apenas a partir do 4º trimestre



Peso dos incidentes de segurança face a todos os tickets

16.5%



Tempo médio de resolução

3:00 h

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Penafiel Verde, E.M. como entidade gestora, destaca a relevância de distribuir água de qualidade para consumo humano e de assegurar o tratamento adequado das águas residuais, fundamentais para a proteção da saúde pública e do ambiente.

Diariamente, disponibiliza informações úteis aos clientes, nomeadamente sobre serviços da empresa e conselhos sobre o uso eficiente da água, e correcta utilização do saneamento.

Para sensibilizar a população e incentivar a adoção de boas práticas no consumo e na preservação dos recursos hídricos, a Penafiel Verde, E.M., no âmbito do seu projeto: **“H₂ORA DA ÁGUA – Vamos utilizá-la de uma forma responsável”** promoveu ações de sensibilização e educação ambiental nas seguintes escolas: Escola Básica de Novelas, Centro Escolar de Duas Igrejas, Centro Escolar de Irivo, Centro Escolar de Canelas, Escola Básica de Valpedre, Escola Básica Penafiel Sul, Paço de Sousa, Centro Escolar de Rio de Moinhos, Escola EB de Guilhufe, Centro Escolar de Boelhe, Centro Escolar de Abragão e EB1.JI.CruzeiroRans, com o objetivo de sensibilizar os alunos para o uso correto/eficiente da água e para o uso correto da sanita, através de atividades interativas, como por exemplo, o jogo “quantos queres” e o jogo “o que não podes deitar na sanita”.

Ao longo das palestras dinamizadas, foram atribuídos diplomas de “Guardiões da Água” a todos os alunos, de forma a simbolizar o seu compromisso com a preservação deste recurso tão precioso.

Dando seguimento às ações de sensibilização, a empresa aceitou o convite proposto pela Junta de Freguesia de Penafiel para a celebração do dia da criança que decorreu no parque de exposições de Penafiel, levando o seu projeto: “H₂ORA DA ÁGUA – Vamos utilizá-la de uma forma responsável”.



PRINCIPAIS ATIVIDADES

Celebração do dia da criança que decorreu no parque de exposições de Penafiel, levando o seu projeto: "H2ORA DA ÁGUA – Vamos utilizá-la de uma forma responsável". Promovido pela Junta de Freguesia de Penafiel.

Palestra sobre o ciclo urbano da água e a sua importância. Promovido pela Associação para o Desenvolvimento de Lagares.

Semana Europeia da Mobilidade com o projeto "H2ORA DA ÁGUA – Vamos utilizá-la de uma forma responsável". Promovido pelo Município de Penafiel.

Palestra sobre o ciclo urbano da água e a sua importância. Promovido pela da EPTProfensino, em Irivo. A sessão contou também com a presença de colaboradores da Penafiel Verde, E.M., que partilharam o seu testemunho e destacaram a relevância do seu trabalho.



A Penafiel Verde, E.M., aderiu, pelo 5º ano consecutivo à iniciativa "H2Off - Hora de Fechar a Torneira", dinamizada pela APDA. Esta ação decorre no dia 22 de março, às 22:00 apelando à população para que durante 60 minutos fechem a torneira. Esta campanha, denominada H2OFF, visa impulsionar a mudança de comportamentos e apelar a uma consciencialização clara sobre o uso correto e eficiente da água. Este ano contamos com a participação do Ricardo Weezy como embaixador, um penafidense que se dedica à criação de conteúdos para a internet, reconhecido como influencer.

CLIENTES

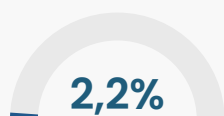
O número de clientes de água no final de 2025, ascendia a 26 510, ou seja, mais 627 clientes relativamente ao ano transato. Os utilizadores domésticos representam cerca de 87,3 % do universo total de utilizadores, tendo registado uma expansão muito ténue (2,29%). Por seu lado, os clientes não domésticos mantêm um ritmo de crescimento mais significativo, cifrado em 3,32 %

No que diz respeito ao saneamento, número de clientes de no final de 2025, ascendia a 19 537, ou seja, mais 495 clientes relativamente ao ano transato. Os utilizadores domésticos representam cerca de 88,6 % do universo total de utilizadores, tendo registado uma expansão muito ténue (2,67 %). Por seu lado, os clientes não domésticos mantêm um ritmo de crescimento mais significativo, cifrado em 2,22 %.

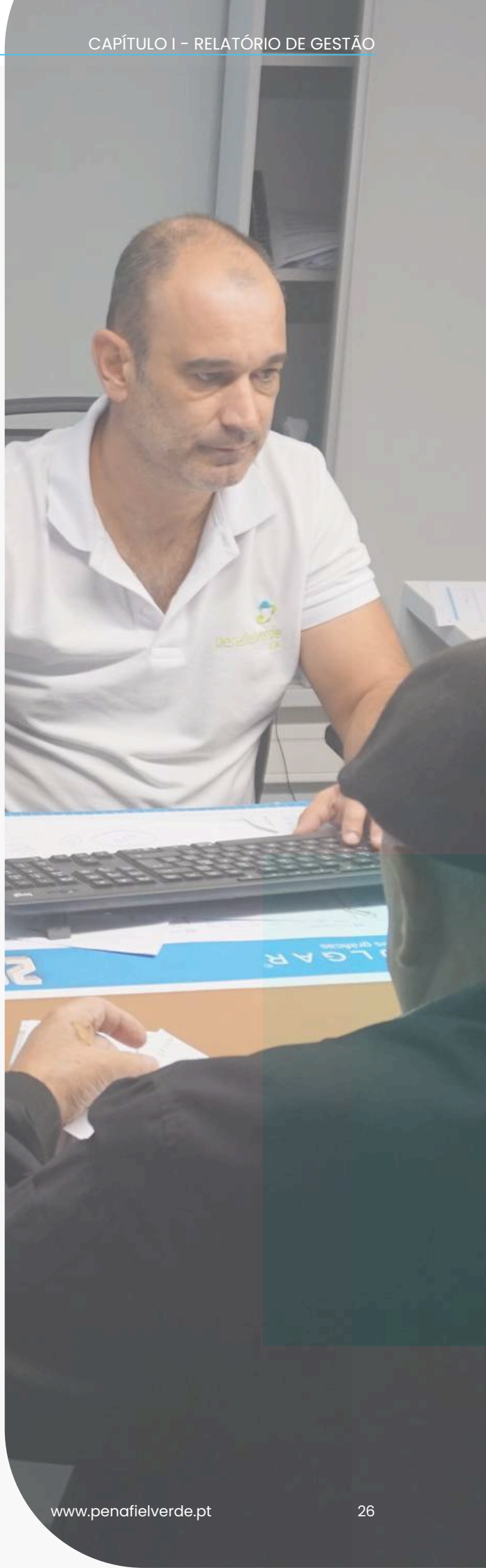
Tipo de cliente	2024	2025	%
Água	25 883	26 510	2,42
Doméstico	22 634	23 153	2,29
Não doméstico	3 249	3 357	3,32
Saneamento	19 042	19 537	2,60
Doméstico	16 880	17 328	2,65
Não doméstico	2 162	2 209	2,17

27 475

CLIENTES ATIVOS



Aumento de clientes



Comunicação

O gabinete de comunicação tem como principal missão servir de ponte entre os clientes e os serviços técnicos da empresa, garantindo uma comunicação clara e objetiva.

Compete-lhe assegurar a resposta a todas as reclamações e solicitações, respeitando rigorosamente os prazos estabelecidos pela ERSAR.

No ano de 2025 foram rececionadas 331 reclamações, das quais apenas uma teve a resposta enviada com um dia de atraso. Ainda assim, o prazo médio global de resposta foi de 6 dias úteis, situando-se muito abaixo do limite definido pela ERSAR, que é de 22 dias úteis.

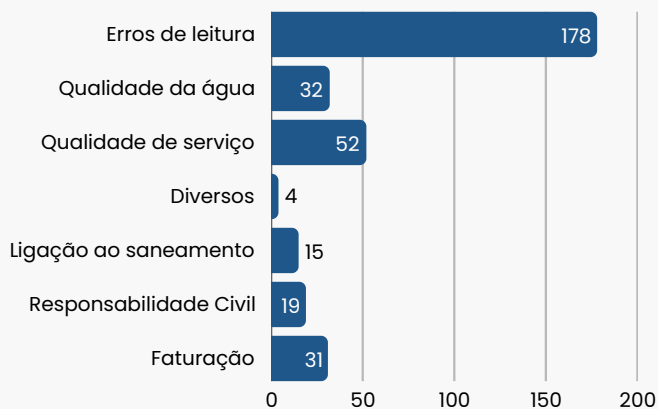
Diariamente, o gabinete de comunicação disponibiliza informações úteis aos clientes, nomeadamente sobre interrupções de abastecimento e evolução e conclusão de obras de água e saneamento, utilizando as plataformas digitais para divulgação dos serviços e conselhos sobre o uso eficiente da água, e correcta utilização do saneamento.

331
Reclamações

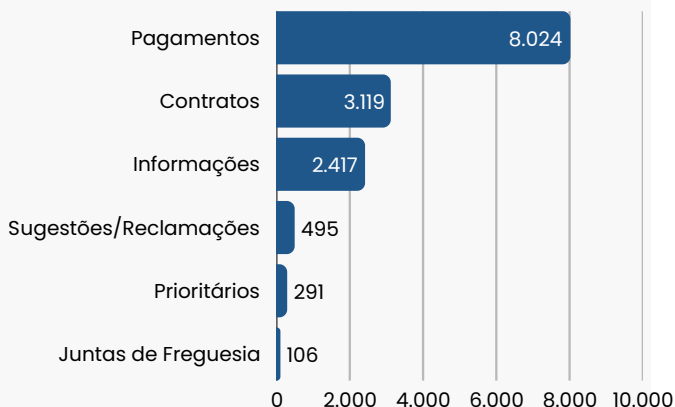


Resoluções dentro do prazo estabelecido

Distribuição das reclamações por tipo



Atendimento presencial por categoria

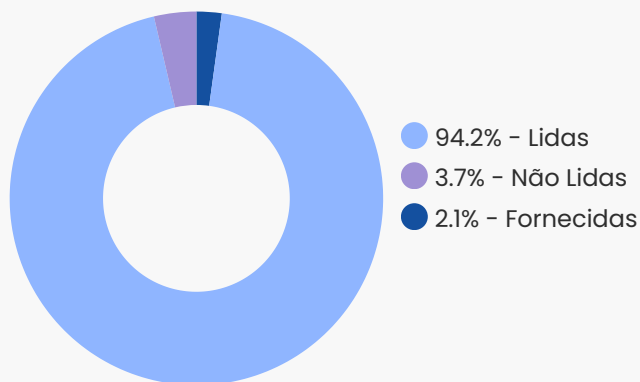


Leituras

No ano em análise, a taxa de sucesso na leitura de contadores atingiu 94,2 %, o que significa que as faturas emitidas aos clientes têm por base leituras reais.

Importa ainda referir que, em 2025, no âmbito da operação da leitura por telemetria, a Penafiel Verde, EM já implementou 957 contadores com esta tecnologia.

Como resultado do reforço da capacidade de obtenção de leituras reais, tem-se verificado um decréscimo no número de leituras comunicadas pelos clientes, bem como uma redução do número de clientes que permanecem há mais de seis meses sem registo de leitura.



Faturação e cobrança

A empresa, tem à disposição dos clientes, várias modalidades de meios de pagamento, verificando-se mais predominância no multibanco e no débito direto. De acordo com a tabela apresentada, estes dois meios de pagamento representam 81,66% do total.

Tipo de pagamento	Total	%
Multibanco	155 486	44.07
Débito direto	132 626	37.59
CTT/PAYSHOP	37 499	10.63
Balcão	15 348	4.35
Outros	9 780	2.77
Prestações	179	0.05

Substituição de contadores

No decorrer do ano de 2025, continuamos com a atualização do parque de contadores, em várias freguesias do concelho. Esta atualização tem por base um conjunto de critérios, entre os quais destacamos antiguidade do parque, o número de ligações de água/saneamento, bem como o consumo reportado pelo contador. No decorrer do ano foram substituídos com base nesse plano, 1266 contadores. Simultaneamente foram substituídos 260 por motivo de avaria, perfazendo na sua totalidade 1526 contadores, correspondendo a 6.15% do parque total da Penafiel Verde, E.M.



GESTÃO DA FROTA



DISTÂNCIA 475 734 KM PERCORRIDOS	VIATURAS A DISESEL 73 260 LITROS DE COMBUSTÍVEL CONSUMIDOS 0,23 €/KM	VIATURAS ELÉTRICAS 12 216 kWh DE ENERGIA CONSUMIDA 0,026 €/KM
--	--	---

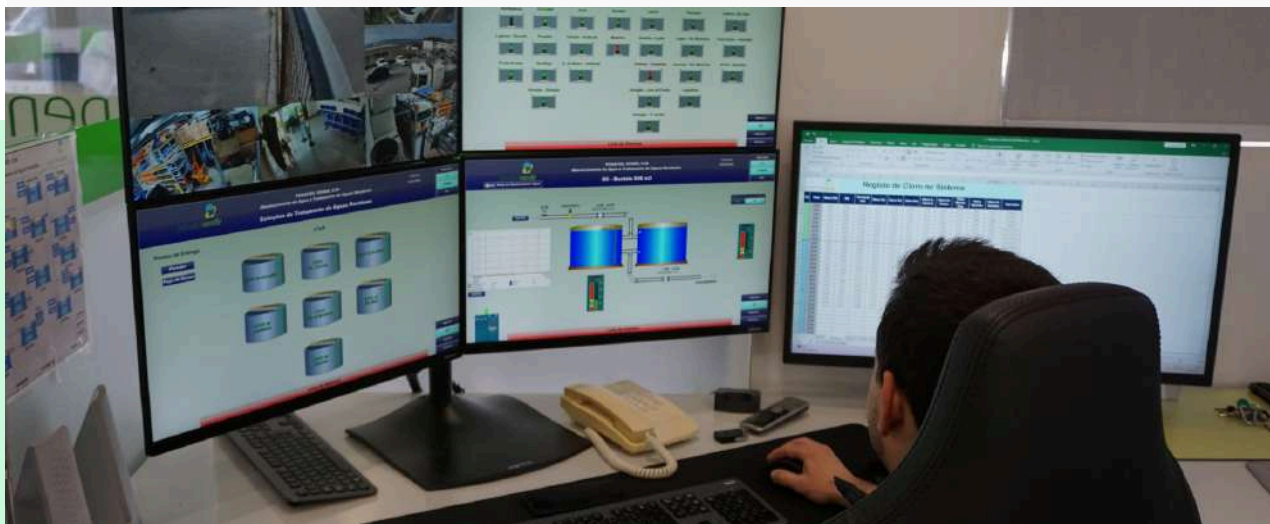


No ano de 2025, verificou-se um aumento de aproximadamente 11% nos quilómetros percorridos pela frota da empresa. Contudo, o consumo de combustível registou um crescimento inferior, na ordem dos 9%, o que evidencia uma melhoria relativa na eficiência global da frota.

Este resultado está diretamente relacionado com a utilização mais frequente de viaturas elétricas, cuja integração progressiva nas operações tem contribuído para uma redução da dependência de combustíveis fósseis. Importa ainda salientar que o custo por quilómetro destas viaturas é significativamente inferior, quando comparado com os veículos de combustão interna.

Neste contexto, os resultados obtidos reforçam a opção estratégica da empresa em prosseguir uma transição gradual para soluções de mobilidade mais sustentáveis, promovendo simultaneamente ganhos de eficiência económica e redução do impacto ambiental associado à atividade operacional.

GESTÃO DE OPERAÇÕES



01 Abastecimento em alta

O abastecimento de água em alta da Penafiel Verde, E.M. consiste na captação e receção de água tratada a partir, garantindo o seu transporte e entrega aos reservatórios municipais para posterior distribuição em baixa à população do concelho de Penafiel.

02 Distribuição de água

A distribuição de água em baixa assegurada pela Penafiel Verde, E.M. consiste no fornecimento de água potável, a partir dos reservatórios municipais, através da rede pública de distribuição até aos utilizadores finais no concelho de Penafiel, garantindo a sua qualidade, continuidade e pressão adequadas.

03 Águas residuais

A recolha e tratamento de águas residuais assegurados pela Penafiel Verde, E.M. consistem na drenagem das águas residuais domésticas e assimiladas através da rede pública de saneamento, bem como no seu encaminhamento para as infraestruturas de tratamento adequadas, garantindo a proteção da saúde pública e do meio ambiente no concelho de Penafiel.

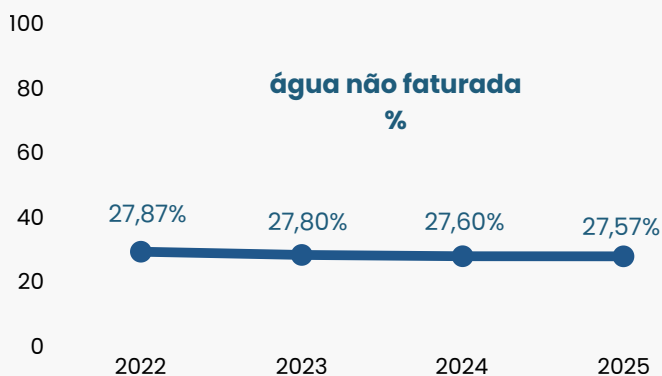
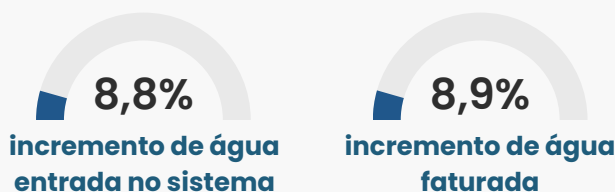
04 Obras

A Penafiel Verde, E.M. assegura a execução de obras e a construção de infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, promovendo a expansão, reabilitação e modernização das redes e equipamentos, de forma a garantir a eficiência, fiabilidade e sustentabilidade dos serviços prestados no concelho de Penafiel.

ABASTECIMENTO EM ALTA

Aquisição e Venda de Água

Em 2025, a Penafiel Verde, EM captou um volume total de 3 381 774 m³, e adquiriu um volume total de 70 297 m³ de água tratada às Águas do Douro e Paiva (AdDP). Corresponde a uma entrada de água no sistema de 3 452 071 m³, representando um incremento de 8,8 % em relação ao ano transato. A empresa faturou um volume total de 2 500 349 m³ de água aos seus clientes.





Sistema de Telegestão

Em 2025 foram desenvolvidas ações para reforçar a segurança e a fiabilidade das infraestruturas de telecomunicações, controlo e monitorização, nomeadamente na Gestão de Acessos a Dispositivos de Telegestão e Implementação de proteções contra Descargas Atmosféricas (SPDs) em zonas normalmente afetadas.

Foram implementadas medidas que incluem:

- Reforço dos mecanismos de autenticação e adoção de MFA;
- Definição de perfis de acesso;
- Aplicação de equipamentos SPDs em redes de comunicação e telemetria;

Estas intervenções reforçaram a robustez e a continuidade operacional dos sistemas.

Foi dada a respetiva continuidade no melhoramento na gestão e controlo dos sistemas de águas residuais, abastecimento de água e da qualidade do serviço, com a implementação de monitorização de vários poços de bombagem e controlo no sistema de telegestão.

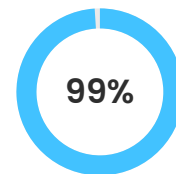
Manutenção Infraestruturas e Edifícios

Em 2025, a Penafiel Verde E.M. deu continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, reforçando as operações de manutenção e melhoria das infraestruturas associadas ao sistema de abastecimento de água do Município de Penafiel. Após o esforço significativo realizado em 2024, que incluiu a manutenção de condutas, a renovação de instalações elétricas e de comando e diversas intervenções em edifícios e infraestruturas, o ano de 2025 focou-se na consolidação dessas melhorias e no aumento da fiabilidade operacional do sistema em alta.

A captação de Entre-os-Rios, ponto estratégico para o abastecimento de água ao concelho, manteve-se como prioridade. Ao longo de 2025, foram novamente efetuadas manutenções preventivas regulares em cada grupo de bombagem, assegurando a continuidade e eficiência do funcionamento dos equipamentos. Para além das inspeções periódicas, foram realizadas intervenções adicionais destinadas a reforçar a robustez da instalação, incluindo a substituição e melhoria de componentes considerados críticos para a operação.



DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA



Acessibilidade física do serviço

2 894
ocorrências na rede

305
reparações em condutas

1 020 metros
expansões de rede

244
ocorrências em contadores

697
avarias em ramais domiciliários

VERIFICAÇÃO 190
válvulas reductoras de pressão

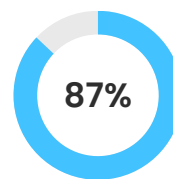
683 metros
Renovações de condutas

Todos estas renovações foram efetuadas em pontos da rede sinalizados com carência de renovação ou em situações de repavimentação programadas em algumas ruas, que dessa forma justificaram a sua renovação.

De referir ainda, que esta Unidade tem reforçado a pesquisa ativa de fugas de água, como medida para a redução de perdas reais de água no nosso sistema. Essa equipa tem efetuado tanto um trabalho diurno como noturno, no sentido de direcionar a pesquisa para as zonas de medição que aparentam caudais mínimos críticos. Durante o ano de 2025, essas pesquisas resultaram em **515 avarias**.



ÁGUAS RESIDUAIS



Acessibilidade física do serviço

Em 2025, a disponibilidade do serviço de saneamento no concelho alcançou os 87%, consolidando a elevada cobertura da rede pública

O número de clientes evoluiu de 19 042 em dezembro de 2024 para 19 537 em dezembro de 2025, representando um acréscimo de 495 novos clientes e um crescimento de aproximadamente 2,6%.

Este aumento confirma a tendência sustentada de adesão ao serviço público de drenagem de águas residuais, refletindo a confiança da população e o esforço contínuo de expansão e melhoria da rede.

Ramais domiciliários

Em 2025 foram executados 289 ramais domiciliários, um crescimento muito expressivo face ao ano anterior (2024: 104 novos ramais), evidenciando o dinamismo da atividade de ligação de novos utilizadores à rede pública e o reforço do investimento na infraestrutura

Volumes tratados

As águas residuais recolhidas nas bacias dos rios Cavalum e Sousa continuam a ser encaminhadas para tratamento na ETAR de Paço de Sousa, sob gestão da SIMDOURO.

Designação	Volume (m3)
SIMDOURO	1 513 503
Etar Termas S. Vicente	368 727
Etar de Abragão	72 979
Etar de Canelas - UFE	13 058
Etar de Rio Mau	37 264
Etar de Castelões	77 726
Etar de Rio de Moinhos	71 511
Etar de Boelhe	37 856
Total	2 192 624

Volumes tratados



Tratamento de Águas Residuais

As Estações de Tratamento de Águas Residuais são indispensáveis ao funcionamento das redes de saneamento. Estas permitem o tratamento de todos os efluentes recolhidos, garantindo a descarga da água tratada em condições de não prejudicar o meio ambiente, encerrando assim o ciclo urbano da água.

As ETAR's são reguladas pelas licenças de descarga, emitidas pela Agência Portuguesa do Ambiente, as quais contêm os requisitos legais a cumprir, de acordo com a legislação específica vigente.

A Penafiel Verde, E.M. controla o eficaz funcionamento das ETAR's, através da análise regular dos efluentes tratados, sendo que os resultados obtidos são reportados à Agência Portuguesa do Ambiente, de acordo com a periodicidade definida nas licenças.

Em 2025 a Penafiel Verde, E.M. realizou um total de 452 análises a 904 parâmetros, contemplando os afluentes brutos e efluentes tratados de todas as sete ETAR's que explora, bem como a análise a lamas e gradados.

Na exploração das ETAR's e redes de saneamento, foram geradas, durante o ano de 2025, um total de 48,36 toneladas de gradados e 175,72 toneladas de lamas. Estes subprodutos produzidos em ETAR são encaminhados para tratamento final adequado e controlado.

452

análises

48.36 ton

gradados

904

parâmetros

175.72 ton

lamas



ÁGUAS RESIDUAIS

Manutenção de coletores de águas residuais e estações elevatórias

O funcionamento de todo o sistema de drenagem e tratamento de águas residuais, desde que a água é usada e rejeitada em cada habitação, até ser devolvida ao meio hídrico em condições ambientalmente seguras, envolve todo um vasto processo de manutenção, por parte da Penafiel Verde, E.M., com recurso a meios mecânicos e humanos.

Para além da limpeza periódica dos 58 poços de bombagem de águas residuais, no ano de 2025, foram realizadas várias outras operações de manutenção de redes de saneamento e ETAR's. Destas, destacam-se:

- Manutenção de coletores e caixas de visita, nomeadamente na limpeza regular de troços de rede que acumulam mais detritos, ficando mais suscetíveis a ficarem obstruídos, com recurso ao camião de limpeza e desobstrução de coletores;
- Reparação de 21 caixas de visita que, por degradação ao longo do tempo, apresentam deficiências que colocam em causa a sua estanquidade, resistência estrutural ou impedem o normal fluxo do caudal;
- Outras intervenções pontuais em pontos das redes de drenagem, nomeadamente substituição de pequenos troços de rede com anomalias, instalação de válvulas antirretorno, para impedir a entrada de água residual nas habitações em situações de obstrução;
- Renovação de 150 metros de coletor de saneamento em Passos, Cabeça Santa;

Na globalidade foram tratadas e resolvidas um total de 438 ocorrências no sistema de Águas Residuais, entre anomalias em poços de bombagem, ETAR's, caixas de visita e coletores.

438

Ocorrências no sistema

21

Reparações de caixas de visita

150m

coletores renovados



Serviço de descarga de fossas

Com vista ao combate aos operadores particulares ilegais de descarga de fossas, que executam a descarga de fossas sépticas de uma forma ambientalmente perigosa, por vezes depositando as águas residuais em terrenos agrícolas ou em linhas de água, a empresa disponibiliza esse serviço, com vista à garantia da proteção ambiental, enquanto serve também a população com recolha de saneamento e seu tratamento, através do serviço móvel.

Apesar do concelho de Penafiel possuir já uma elevada taxa de cobertura de rede de saneamento, a Penafiel Verde, E.M. continua a possibilitar o acesso à rede móvel de águas residuais à população que não dispõe de rede física de drenagem disponível, através dos seus equipamentos. A empresa dispõe, atualmente, de um total de 4 meios móveis de recolha e transporte de água residual.

No total, foram realizadas 325 descargas de fossas particulares com meios móveis no ano de 2025, para além da realização de descargas de fossas periódicas dos clientes protocolados com a Penafiel Verde, E.M. para este serviço. No final de 2025, o número de protocolos de descarga de fossas foram 283.

4
meios móveis

325
descargas de fossas

283
novos protocolos para
descarga de fossas



ÁGUAS RESIDUAIS

Serviço de Fiscalização

Desde 2019, a Penafiel Verde E.M., promoveu a criação de um Serviço de Fiscalização com o intuito de identificar situações irregulares da utilização dos serviços de abastecimento e de drenagem de águas residuais. Dado que o concelho de Penafiel apresenta uma distribuição mediantemente urbana e existindo alternativas de consumo à água da rede pública, principalmente nas zonas rurais (poços, furos, minas), a Penafiel Verde E.M. aposta na sensibilização para o consumo da água da rede pública, de forma a garantir a segurança e a qualidade da água. Durante o ano de 2025, as atividades do Serviço de Fiscalização focaram-se essencialmente na identificação de ligações e aflúências indevidas na rede pública de saneamento. O método utilizado para verificação da rede de saneamento foi o teste de fumos e de CCTV. Foram feitas 216 vistorias em ligações particulares e foram filmados cerca 8383 metros de coletor de saneamento. De forma estratégica, decidiu-se iniciar as verificações na rede de saneamento e abastecimento nas freguesias onde as drenagens de águas residuais são entregues à entidade em Alta, SIMDOURO. De entre as zonas verificadas destacam-se Novelas, Santiago, Paço de Sousa, Fonte Arcada e Lagares, devido à sua rede já com alguma idade e com bastantes problemas funcionais.

Das verificações efetuadas resultam situações tais como: ligações indevidas, ou seja, redes prediais ligadas à rede pública de saneamento sem a respetiva autorização; ligações com infiltração de águas pluviais e ligações onde as águas residuais produzidas são de abastecimento privado.

A intervenção do Serviço de Fiscalização revela-se uma aposta importante para a deteção de usos indevidos, assim como na atualização das características dos utilizadores (consumo águas próprias, tipo de consumidor), refletindo-se na melhoria do serviço prestado aos utilizadores e na otimização dos sistemas de abastecimento e recolha de águas residuais.

Para o ano de 2026, está previsto dar continuidade às verificações nas freguesias, identificadas como prioritárias recorrendo, além da inspeção vídeo, a realização de teste de fumos.

O Serviço de Fiscalização também dá apoio na verificação de ligações a pedido do consumidor, através de requerimentos e/ou reclamações e verifica também a produção de águas residuais em consumidores identificados pelo Serviço de Faturação, Controlo e Análise.

**216**

Vistorias

8 383 mcoletores de saneamento
filmados

OBRAS

Construção e renovação de infraestruturas

No decorrer do ano de 2025, foram realizadas diversas intervenções no âmbito das infraestruturas de drenagem de águas residuais e abastecimento de água, com o objetivo de expandir as redes existentes e proceder à renovação das infraestruturas existentes. Estas ações visaram melhorar a eficiência dos sistemas, garantir a qualidade do serviço prestado e responder às crescentes necessidades da população. As intervenções executadas ao longo do ano enquadram-se em dois eixos principais:

- **Expansão das Redes:** Construção de novas infraestruturas para garantir o acesso a serviços essenciais em locais anteriormente não abrangidos.
- **Renovação das Redes:** Substituição de redes existentes, contribuindo para a redução de perdas de água no sistema.

Assim sendo, no que diz respeito à drenagem de águas residuais, no decurso do ano 2025, foram executados cerca de 6.885,00 metros, contribuindo assim com o acréscimo de infraestruturas hidráulicas necessárias ao conforto e desenvolvimento socioeconómico das populações abrangidas.

Deste modo, em 2025, foram realizadas intervenções significativas nas infraestruturas de drenagem de águas residuais e abastecimento de água, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento sustentável do Concelho de Penafiel.

Relativamente à rede de abastecimento de água, apesar da elevada taxa de cobertura, foram instalados 1.821 metros de nova rede, permitindo a ligação de novos clientes ao sistema público de abastecimento. Adicionalmente, no âmbito da renovação e modernização das infraestruturas, foram substituídos 5.813 metros de rede, assegurando maior eficiência, fiabilidade e redução de perdas no fornecimento de água.

6 885 m

execução de rede de
águas residuais

1 821 m

execução de rede de
abastecimento de água

OBRAS

Caracterização detalhada das infraestruturas implementadas:

Conclusão da empreitada de execução de rede de drenagem de águas residuais na freguesia de Canelas – 2ª fase, na freguesia de Canelas, numa extensão de 2 410,00 m;

Conclusão da empreitada de execução da rede de drenagem de águas residuais na Rua de Souto Rei – Freguesia de Bustelo, numa extensão de 715,00 m.

Execução da rede de drenagem de águas residuais na rua de São Salvador, Freguesia de Croca, numa extensão de 1100,00 m.

Execução da rede de drenagem de águas residuais na Rua de Oleiros, freguesia de Guilhufe e Urrô, numa extensão de 500,00 m.

Execução da rede de drenagem de águas residuais na Rua da Agulha e Rua da Torre, Freguesia de Galegos, numa extensão de 960,00 m.

Início da Execução da rede de drenagem de águas residuais no lugar de Rande, Freguesia de Penafiel, numa extensão de 2 000,00 m.

Execução de empreitada de renovação da rede de distribuição de água na E.N. 106, freguesia de Termas São Vicente, numa extensão de 1 740,00 m.

Execução de empreitada de renovação da rede de distribuição de água na Vila Gualdina, freguesia de Penafiel, numa extensão de 750,00 m.

Execução da empreitada de renovação da rede de distribuição de água nas freguesias de Bustelo e Penafiel, numa extensão de 2 723,00 m.

Início de empreitada de renovação da rede de distribuição de água na freguesia de Paço de Sousa, numa extensão de 1 000,00 m.





PROJETOS DE INVESTIMENTO COM FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO

Candidaturas Aprovadas

No final do ano de 2025, a Penafiel Verde, EM contava com 2 candidaturas aprovadas, com fundos comunitários. A despesa elegível total inscrita nessas candidaturas perfaz um montante de 3,1 milhões de euros, sendo o valor da respetiva comparticipação aprovada da ordem dos 2.6 milhões de euros. Até ao dia 31/12/2025, não foi recebida qualquer a comparticipação. O objeto das operações que integram essas candidaturas é apresentado resumidamente nos pontos seguintes:

NORTE2030-FEDER-02658700

Designação da operação: Eficiência dos Serviços de Abastecimento de Água – Medição, Reabilitação, resiliência e eficiência energética da rede de abastecimento de água

Data da apresentação da candidatura: 27/03/2025

Data da aprovação da operação: 15/09/2025

O termo de aceitação foi assinado no dia 18 de setembro de 2025.

O seu investimento total ascende a **2 476 995,49 €**, dos quais 576 995,49 € são a cargo da Penafiel Verde, EM, o que corresponde a um valor elegível para comparticipação de 1 900 000€, perante uma taxa de cofinanciamento aprovada de **85 %**.

NORTE2030-FEDER-02548800

Designação da operação: Eficácia dos Serviços de Águas Residuais – Construção de Nova Rede de Águas Residuais

Data da apresentação da candidatura: 18/02/2025

Data da aprovação da operação: 11/09/2025

O termo de aceitação foi assinado no dia 18 de setembro de 2025.

O seu investimento total ascende a **1 733 191,36 €**, dos quais 495 593,32 € são a cargo da Penafiel Verde, EM, o que corresponde a um valor elegível para comparticipação de 1 237 598,04 €, perante uma taxa de cofinanciamento aprovada de **81,60 %**.

Programa Regional do Norte 2021-2027 (NORTE2030)
Aviso: NORTE2030-2024-59 - Ciclo Urbano da Água em baixa

CAPÍTULO II

DESEMPENHO ECONÓMICO- FINANCEIRO



ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

A Envolvente

Em 2025, a economia mundial cresceu de forma moderada, mas mais lenta do que nos anos anteriores.

O comércio internacional cresceu mais lentamente, e os investimentos diminuíram em várias regiões devido à incerteza económica e às tensões comerciais entre grandes potências.

Apesar da desaceleração, não se prevê uma recessão global. No entanto, especialistas alertam que a economia mundial enfrenta desafios como conflitos geopolíticos, alterações climáticas e mudanças tecnológicas.

No geral, 2025 foi um ano de crescimento económico limitado e de alguma instabilidade na economia mundial.

Em Portugal a economia cresceu cerca de 1,9%, um valor ligeiramente inferior ao crescimento de 2024. O crescimento foi impulsionado principalmente pelo consumo das famílias e pela procura interna. No entanto, as exportações cresceram menos, o que travou um pouco o desenvolvimento económico. Mesmo assim, Portugal apresentou um crescimento superior à média da zona euro, mostrando alguma estabilidade económica. No geral, 2025 foi um ano de crescimento moderado e desaceleração económica. Parte superior do formulário

O Setor

Em 2025, o setor da água em Portugal enfrentou vários desafios relacionados com a gestão dos recursos hídricos, alterações climáticas e a eficiência das infraestruturas. O setor continua a enfrentar problemas como perdas de água nas redes de distribuição, que representam custos elevados devido a fugas e ineficiências no sistema.

Para melhorar a gestão dos recursos hídricos, o governo apresentou a estratégia “Água que Une”, que prevê investimentos significativos até 2030. O objetivo é modernizar infraestruturas, reduzir desperdícios e garantir água para consumo, agricultura e indústria. Apesar das dificuldades, o setor está a apostar numa gestão mais sustentável da água.

Resultado líquido do período

O resultado líquido de 2025 ascendeu a 840.165 €

Descrição	2025	2024
Rendimentos totais	10 223 375,17	9 612 339,38
Gastos totais (*)	9 383 209,76	9 405 160,13
Resultado líquido	840 165,41	207 179,05

(*) Inclui imposto sobre o rendimento do período

Valores apresentados em euros

Margem Operacional

No exercício de 2025, o EBITDA da Penafiel Verde, EM situou-se em 2,8 milhões euros.

Descrição	2025	2024
EBITDA	2 818 291	2 008 547
EBIT	1 105 548	321 983
Volume de Negócios	9 616 751	8 957 198
Margem EBITDA	29,31%	22,42%
Margem EBIT	11,50%	3,59%

Valores apresentados em euros



Rendimentos totais

Neste período, os rendimentos totais ascenderam a 10 223 375 euros, o que corresponde a um acréscimo de cerca de 611 035 euros face a 2024

Descrição	2025	2024
Vendas e serviços prestados	9 616 750,82	8 957 197,98
Subsídios à exploração	64 377,31	69 226,07
Imparidade em dívidas a receber (Reversões)	19 226,81	39 666,76
Outros rendimentos e ganhos	523 020,23	546 248,57
Rendimentos Totais	10 223 375,17	9 612 339,38

Valores apresentados em euros

Gastos Totais

Os gastos totais da empresa ascenderam a 9,3 milhões de euros no período em análise, evidenciando uma diminuição face a 2024.

As rubricas mais significativas em termos de valor são os fornecimentos e serviços externos e os gastos com o pessoal, que representaram, respetivamente, cerca de 48% e 23 % do total de gastos da empresa em 2025.

Descrição	2025	2024
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	248 732,55	319 642,37
Fornecimentos e serviços externos	4 562 220,03	4 856 721,92
Gastos com o pessoal	2 178 549,29	2 009 276,42
Imparidade em dívidas a receber (Perdas/Reversões)	79 167,51	59 498,62
Provisões	3 000,00	-
Outros gastos e perdas	333 414,78	358 652,62
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1 712 743,39	1 686 564,79
Juros e gastos similares suportados	30 825,95	57 276,07
Imposto sobre o rendimento do período	234 556,26	57 527,32
Gastos Totais	9 383 209,76	9 405 160,13

Valores apresentados em euros

Fornecimentos e serviços externos

Em 2025, verificou-se uma redução dos gastos com fornecimentos e serviços externos, no valor de 294 501 €, Este decréscimo refletiu-se nomeadamente em duas grandes rubricas: Subcontratos e conservação e reparação.

Descri�o	2025	2024
Subcontratos	1 787 778,42	968 483,29
Trabalhos Especializados	443 391,65	290 947,10
Publicidade e Propaganda	27 092,76	10 116,76
Vigilância e Segurança	59 894,23	15 355,03
Conserva�o e Repara�o	428 084,11	693 592,50
Eletricidade	907 762,67	961 102,60
Combustiveis	93 870,92	94 679,42
Rendas e Alugueres	288 021,01	334 677,32
Comunica�o	207 077,03	200 340,70
Seguros	39 528,18	39 108,23
Serviços Bancários	85 288,01	84 837,99
Outros Fornecimentos e Serviços	194 431,04	163 480,98
Total	4 562 220,03	4 856 721,92

Valores apresentados em euros



Situação Patrimonial e Financeira

No final de 2025, o ativo da Penafiel Verde, EM atingiu o montante de 21,6 milhões de euros, e o capital próprio e o passivo ascendiam a 15,05 e 6,6 milhões de euros, respetivamente

Descrição	2025	2024
Ativo não corrente	15 221 050,15	15 900 573,60
Ativo corrente	6 446 082,90	3 922 386,50
Total do ativo	21 667 133,05	19 822 960,10
Capital Próprio	15 055 283,46	11 985 894,49
Passivo não corrente	1 636 971,11	1 941 890,16
Passivo corrente	4 974 878,48	5 895 175,45
Total do passivo	6 611 849,59	7 837 065,61
Total do capital proprio e passivo	21 667 133,05	19 822 960,10

Valores apresentados em euros

Tal como sucedeu em anos anteriores, a empresa fechou o ano de 2025 com uma sólida situação financeira, evidenciando uma autonomia financeira de 69 %.

Indicadores	2025	2024
Autonomia financeira	69%	60%
Solvabilidade	2,27	1,53
Liquidez geral	1,69	0,85
Prazo médio de pagamentos	22	43
Prazo médio de recebimentos	59	66



Viabilidade económica e financeira

O presente capítulo pretende dar cumprimento ao dever de prestação de informação relativamente à viabilidade e racionalidade económica e ao equilíbrio financeiro da Penafiel Verde, EM, de acordo com o estipulado na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, revogando a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, e a Lei n.º 55/2011, de 15 de novembro. O atual regime jurídico da atividade empresarial local determina a extinção de empresas locais, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações: a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50 % dos gastos totais dos respetivos exercícios; b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante é superior a 50 % das suas receitas; c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional, subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações, é negativo; d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

Artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

a) Nos últimos três anos, as vendas e prestações de serviços cobrem, pelo menos, 50 % dos gastos totais dos respetivos exercícios:

Anos	Vendas e Prestação de Serviços	Gastos Totais Incorridos	% de Vendas e Prestação de Serviços nos Gastos Totais Incorridos
2023	8 710 284,00	8 923 806	97,60%
2024	8 957 197,98	9 347 632	95,82%
2025	9 616 750,82	9 145 648,86	105,15%
Não cumpre o critério de dissolução			

b) Nos últimos três anos, o peso contributivo do subsídio é inferior a 50 % das receitas:

Anos	Vendas, serviços prestados, subsídios à exploração, e outros rendimentos	Subsídios	% do subsídio na totalidade da prestação de serviços e outros rendimentos
2023	8 784 439,25	74 155,25	0,84%
2024	9 026 424,05	69 226,07	0,77%
2025	9 681 128,13	64 377,31	0,66%
Não cumpre o critério de dissolução			Valores apresentados em euros

Viabilidade económica e financeira

c) Nos últimos três anos, o EBITDA é positivo

Anos	Resultado Operacional	Depreciações e Amortizações	EBITDA
2023	538 479	1 599 852	2 138 331
2024	321 983	1 686 564	2 008 547
2025	1 105 548	1 712 743	2 818 291

Não cumpre o critério de dissolução

Valores apresentados em euros

d) Nos últimos três anos, o resultado líquido é positivo:

Anos	Resultados Líquidos
2023	369 755
2024	207 179
2025	840 165

Não cumpre o critério de dissolução

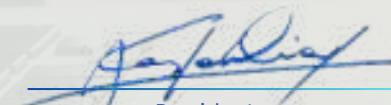
Valores apresentados em euros



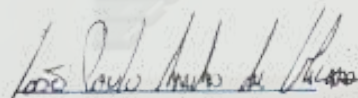
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da Penafiel Verde, EM propõe, nos termos do artigo 295.º, do Código das Sociedades Comerciais, que o resultado líquido do exercício de 2025, cujo montante ascende a 840 165,41 €, tenha a seguinte aplicação:

- a) Reserva Legal (5 %): 42 008,27 €;
- b) Outras resevas: 798 157,14 €



Presidente
(António Gaspar Ferreira Dias)



Vogal executivo
(João Paulo Mendes de Oliveira)



Vogal não executiva
(Ana Isabel de Freitas Lourenço)

CAPÍTULO III

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



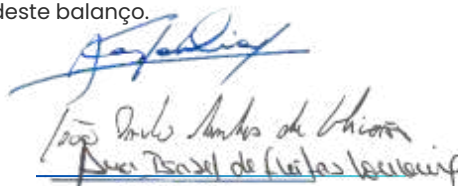
Balanço

Rúbricas	Notas	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	15 219 805,26	15 891 128,71
Outros investimentos financeiros		1 244,89	9 444,89
		15 221 050,15	15 900 573,60
Ativo corrente			
Inventários	7	398 317,49	355 430,92
Clientes	8	1 488 829,81	1 621 196,73
Estado e outros entes públicos	13	68 339,89	101 728,57
Outros créditos a receber	8	3 495 944,45	835 778,33
Diferimentos	9	126 760,46	121 207,02
Caixa e depósitos bancários	4	867 890,80	887 044,93
		6 446 082,90	3 922 386,50
Total do activo		21 667 133,05	19 822 960,10
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	10	6 000 000,00	6 000 000,00
Reservas legais	10	97 450,03	87 091,03
Outras reservas	10	1 481 474,36	1 284 654,11
Outras variações no capital próprio	10	6 636 193,66	4 406 970,10
		14 215 118,05	11 778 715,24
Resultado líquido do período		840 165,41	207 179,25
Total do capital próprio		15 055 283,46	11 985 894,49
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	12	1 633 971,11	1 941 890,16
Provisões		3 000,00	
		1 636 971,11	1 941 890,16
Passivo corrente			
Fornecedores	11	540 171,50	1 459 509,08
Estado e outros entes públicos	13	231 313,27	45 484,61
Financiamento obtidos	12	267 290,89	401 492,63
Outras dívidas a pagar	11	3 936 102,82	3 988 689,13
		4 974 878,48	5 895 175,45
Total do passivo		6 611 849,59	7 837 065,61
Total do capital próprio e do passivo		21 667 133,05	19 822 960,10

As notas anexas fazem parte integrante deste balanço.



A contabilista certificada



O conselho de administração

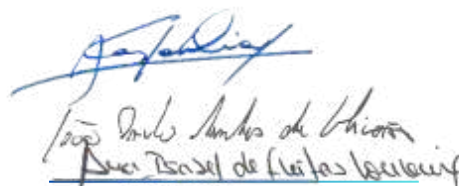
Demonstração de resultados por naturezas

Rendimentos e gastos	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	14	9 616 750,82	8 957 197,98
Subsídios à exploração		64 377,31	69 226,07
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-248 732,55	-319 642,37
Fornecimentos e serviços externos	15	-4 562 220,03	-4 856 721,92
Gastos com o pessoal	16	-2 178 549,29	-2 009 276,42
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)		-79 167,51	-59 498,62
Provisões (aumentos/ reduções)	20	-3 000,00	
Outros rendimentos	18	523 020,23	546 248,57
Reversões		19 226,81	39 666,76
Outros gastos	19	-333 414,78	-358 652,62
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 818 291,01	2 008 547,43
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	5,17	-1 712 743,39	-1 686 564,79
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 105 547,62	321 982,64
Juros e gastos similares suportados	20	-30 825,95	-57 276,07
Resultados antes de impostos		1 074 721,67	264 706,57
Imposto sobre o rendimento do período		-234 556,26	-57 527,32
Resultado líquido do período		840 165,41	207 179,25

As notas anexas fazem parte integrante deste balanço.



A contabilista certificada




O conselho de administração

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Descrição	Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos /		Resultado líquido do período	Total do capital próprio
					Outras variações no capital próprio	Outras variações no capital próprio		
A 1 de Janeiro de 2024	6	6 000 000,00	68 603,03	933 386,98	5 077 357,47	369 755,13	12 449 102,61	
Alterações no período								
Resultado líquido do período	8	0,00	0,00	0,00	0,00	207 179,25	207 179,25	
Resultado Integral	9=7+8					207 179,25	207 179,25	
Operações com detentores de capital no período			18 488,00	351 267,13	-670 387,37	-369 755,13	-670 387,37	
A 31 de dezembro de 2024	6+7+8+10	6 000 000,00	87 091,03	1 284 654,11	4 406 970,10	207 179,25	11 985 894,49	
Alterações no período								
A 1 de Janeiro de 2025	6	6 000 000,00	87 091,03	1 284 654,11	4 406 970,10	207 179,25	11 985 894,49	
Alterações reconhecidas no capital próprio								
Outras Alterações reconhecidas no capital próprio	7	0,00	0,00	0,00	0,00	840 165,41	840 165,41	
Resultado líquido do período	8	0,00	0,00	0,00	0,00	-207 179,25	-207 179,25	
Operações com detentores de capital no período			10 359,00	196 820,25	-510 532,44	840 165,41	-510 532,44	
A 31 de dezembro de 2025	6+7+8+10	6 000 000,00	97 450,03	1 481 474,36	6 636 193,66	840 165,41	15 055 283,46	

As notas anexas fazem parte integrante deste balanço.



O conselho de administração
 Paulo José de Fátima



A contabilista certificada

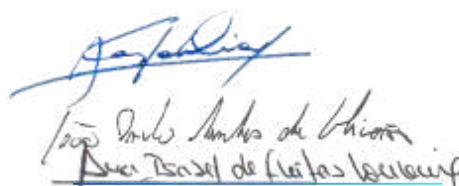
Demonstração dos Fluxos de Caixa

Rúbricas	Notas	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		9 689 177,04	8 396 045,01
Pagamentos a fornecedores		-5 773 176,73	-5 036 113,10
Pagamentos ao pessoal		-2 116 755,44	-1 961 424,52
Caixa gerada pelas operações		1 799 244,87	1 398 507,39
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-3 210,40	-223 517,61
Outros recebimentos / pagamentos		-436 517,94	42 757,68
Fluxos de caixa das actividades operacionais [1]		1 359 516,53	1 217 747,46
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-1 026 284,85	-925 648,50
Investimentos financeiros		-1 026 284,85	-925 648,50
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			9 701,20
Investimentos financeiros		8 200,00	
Subsídios ao investimento		114 869,64	-15 661,56
Activos fixos tangíveis		123 069,64	-5 960,36
Fluxos de caixa das actividades de investimento [2]		-903 215,21	-931 608,86
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-442 120,79	-65 016,97
Juros e gastos similares		-33 334,66	-55 106,65
Outras operações de financiamento		-475 455,45	-120 123,62
Fluxos de caixa das actividades de financiamento [3]		-475 455,45	-120 123,62
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		-19 154,13	166 014,98
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	887 044,93	721 029,95
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	867 890,80	887 044,93

As notas anexas fazem parte integrante deste balanço.



A contabilista certificada



O conselho de administração

Anexo

1 Nota Introdutória

A “Penafiel Verde, EM” é uma empresa municipal, e tem a sua sede social na Rua Abílio Miranda, nº 89 4560-501 Penafiel

A Empresa tem por objeto social principal, Gestão e Exploração dos Sistemas Municipais de Abastecimento de Água e de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais no Município de Penafiel (CAE 36001).

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, estando as mesmas sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Sócios, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Sócios em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (doravante referidas apenas como NCRF) e Normas Interpretativas aplicáveis ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras, não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Não se registaram alterações significativas do âmbito da atividade da Empresa que possam prejudicar a comparabilidade dos itens das demonstrações financeiras ou pôr em causa a característica qualitativa das informações disponibilizadas.

Anexo

3.Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	4 - 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros activos fixos tangíveis	4 - 8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Anexo

3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

3.6 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo de aquisição.

Anexo

3.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

c) Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

Os montantes relativos ao FCT são registados como ativo, na rubrica “Outros ativos financeiros”, correspondendo às entregas efetuadas, passíveis de reembolso ao empregador em qualquer situação de cessação do contrato de trabalho.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados pelo valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao justo valor.

(ii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subseqüentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Anexo

3.8 Matérias ambientais

As entidades nacionais têm a obrigação legal de evitar, reduzir e reparar os danos causados ao ambiente ou a terceiros no âmbito da sua atividade, devendo adotar as medidas necessárias para recolher, encaminhar e tratar os resíduos das mais diversas naturezas, as águas residuais dos seus processos industriais, as emissões para a atmosfera, a proteção de solos e de recursos hídricos e a prevenção de ruídos e vibrações.

A responsabilidade das empresas que exerçam uma atividade económica suscetível de provocar danos ao ambiente e a terceiros, está regulada pelo Diploma da Responsabilidade Ambiental (Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março e pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março), que vem prever a constituição de garantias financeiras para cobertura dessas responsabilidades, designadamente através da subscrição de apólices de seguro, obtenção de garantias bancárias, participação em fundos ambientais ou constituição de fundos próprios, sem que tenham sido ainda definidos legalmente os valores mínimos dessas garantias.

3.9 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando exista uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Anexo

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Empresa desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da Empresa.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que ocorra a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.12 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Os riscos e vantagens significativos associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

3.13 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que em que são incorridos.

3.14 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem

Anexo

3.15 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem com as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.16 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.17 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024, detalha-se conforme se segue:

	2025	2024
Numerário	850,00	850,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	867 040,80	886 194,93
	<u>867 890,80</u>	<u>887 044,93</u>

Não existem restrições à mobilização das rubricas de caixa e seus equivalentes.

Anexo

5. Activos Fixos Tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2025									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Equip. Biológico	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Activos									
Saldo inicial	48 267,34	31234 402,01	1392 823,32	655 626,74	255 510,50	4 569,15	203 681,05	479 122,05	34 274 002,18
Aquisições		868 802,33	62 930,50		6 585,38		12 784,70	2 473 303,56	3 424 406,46
Alienações/Regularizações								(2 382 986,52)	(2 382 986,52)
Saldo final	48 267,34	32 103 204,34	1455 753,82	655 626,74	262 095,88	4 569,15	216 465,75	569 439,08	35 315 422,10
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial		16 611 62,31	1085 550,09	348 864,15	173 826,64	4 569,15	158 871,11		18 382 873,45
Depreciações do exercício (Nota 18)		1488 056,72	50 162,45	189 840,44	27 135,37		7 558,41		17 12 743,39
Retificação									-
Saldo final	-	18 099 249,03	1135 702,54	488 704,59	200 962,01	4 569,15	166 429,52		20 095 616,84
Activos líquidos	48 267,34	14 003 955,31	320 051,28	166 922,15	61133,87	-	50 036,23	569 439,08	15 219 805,26

Os ativos fixos tangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 3.2.

As taxas de depreciação que estão a ser aplicadas constam na mesma Nota.

Em 31 de dezembro de 2025 as depreciações do exercício, no montante de 1.712.743,39 Euros, foram registadas na rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e amortização” (Nota 18).

2024									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Equip. Biológico	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Activos									
Saldo inicial	48 267,34	30 770 363,30	1434 572,84	640 626,74	255 510,50	4 569,15	192 967,99	66 928,32	33 413 806,18
Aquisições		464 038,71	25 313,00	15 000,00			10 713,06	1751519,17	2 266 583,94
Regularizações			(67 062,52)					(1339 325,44)	(1406 387,96)
Saldo final	48 267,34	31234 402,01	1392 823,32	655 626,74	255 510,50	4 569,15	203 681,05	479 122,05	34 274 002,16
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial		16 147 930,20	1101943,22	207 063,01	147 085,36	4 569,15	153 170,24	-	16 761761,18
Depreciações do exercício		1463 262,11	49 059,39	141801,14	26 741,28		5 700,87	-	1686 564,79
Retificação			(65 452,52)					-	(65 452,52)
Saldo final	-	16 611 192,31	1085 550,09	348 864,15	173 826,64	4 569,15	158 871,11	-	18 382 873,45
Activos líquidos	48 267,34	14 623 209,70	307 273,23	306 762,59	81683,86	-	44 809,94	479 122,05	15 891 128,71

Anexo

6. Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e dezembro de 2024, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2025			2024		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias primas	398 317,49	-	398 317,49	355 430,92	-	355 430,92
	<u>398 317,49</u>	<u>-</u>	<u>398 317,49</u>	<u>355 430,92</u>	<u>-</u>	<u>355 430,92</u>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e dezembro de 2024 é detalhado conforme se segue:

	2025
	Matérias Primas
Saldo inicial	355 430,92
Compras	291 619,12
Regularizações	
Saldo final	<u>(398 317,49)</u>
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	<u>248 732,55</u>

	2024
	Matérias Primas
Saldo inicial	299 033,33
Compras	376 039,96
Saldo final	<u>(355 430,92)</u>
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	<u>319 642,37</u>

Anexo

7. Clientes e Outros Créditos a Receber

Em 31 de dezembro de 2025 e dezembro de 2024 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2025			2024		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não correntes:						
Outros créditos a receber:						
Outros investimentos financeir	1 244,89	-	1 244,89	9 444,89	-	9 444,89
	<u>1 244,89</u>	<u>-</u>	<u>1 244,89</u>	<u>9 444,89</u>	<u>-</u>	<u>9 444,89</u>
Correntes:						
Clientes	2 365 578,48	(876 748,67)	1 488 829,81	2 438 004,70	(816 807,97)	1 621 196,73
Outras créditos a receber:						
Pessoal	-	-	-	-	-	-
Outros créditos a receber	3 495 944,45	-	3 495 944,45	835 778,33	-	835 778,33
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-
	<u>3 495 944,45</u>	<u>-</u>	<u>3 495 944,45</u>	<u>835 778,33</u>	<u>-</u>	<u>835 778,33</u>
	<u>5 861 522,93</u>	<u>(876 748,67)</u>	<u>4 984 774,26</u>	<u>3 273 783,03</u>	<u>(816 807,97)</u>	<u>2 456 975,06</u>

O valor inscrito em Outros créditos a receber justifica-se da seguinte forma:

Outros Acréscimos de rendimentos – 704.133,59 euros

Cauções CDRN EP – 163.489,00 euros

Candidaturas NORTE 2030 – 2.624.886,36€

8. Diferimentos Activos

Em 31-12-2025 e 31-12-2024 as rubricas do ativo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2025	2024
Gastos a reconhecer	126 760,46	121 207,02
	<u>126 760,46</u>	<u>121 207,02</u>

Anexo

9. Instrumentos de Capital Próprio

Capital Subscrito

Em 31-12-2025 e 31-12-2024 o capital subscrito de 6.000.000,00 Euros encontra-se totalmente realizado.

A quantia escriturada do capital subscrito é detalhada conforme se segue:

	2025		2024	
	V. nominal	%	V. nominal	%
Município Penafiel	6 000 000, 00	100%	6 000 000, 00	100%

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a reserva legal ascendia a 97.450,03 Euros e 87.091,03 Euros respetivamente.

Outras variações no Capital Próprio

O valor inscrito nesta rubrica refere-se ao reconhecimento de subsídios atribuídos em contrapartida de rendimentos.

10. Fornecedores e Outras Dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outras Dívidas a pagar” apresentam o seguinte detalhe:

	2025	2024
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	540 171,50	1 459 509,08
	<u>540 171,50</u>	<u>1 459 509,08</u>
Outras dívidas a pagar		
Adiantamentos de clientes	3 936 102,82	3 988 689,13
Outros credores	3 936 102,82	3 988 689,13
	<u>4 476 274,32</u>	<u>5 448 198,21</u>

Anexo

Na rubrica de Fornecedores Conta Corrente o valor apresentado descremina-se da seguinte forma:

	2025	2024
Fornecedores Correntes	€297.145	€644.567
Município de Penafiel	€243.027	€814.942€

As verbas mais significativas na rubrica Outros Credores são as seguintes:

Pessoal – 322.051 euros

Outros acréscimos de gastos – 281.853 euros

Valor de Resíduos Sólidos urbanos cobrados pela Penafiel Verde e de conta do Município de Penafiel – 1.272.451 euros

Valor da Taxa de Recursos Hídricos cobrados pela Penafiel Verde e de conta da Agência Portuguesa do Ambiente – 125.215 euros

Ajustamento em Subsídios recebidos do POSEUR nos financiamentos de diversas obras – 1.164.573 euros

Retenções de garantia de boa execução de obra – 747.285 euros

11. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2025 e dezembro de 2024 são detalhados conforme se segue:

	2025			2024		
	Montante utilizado			Montante utilizado		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Em empréstimos bancários:						
C/C caucionadas e Financiamentos	267 290,89	1 633 971,11	1 901 262,00	401 492,63	1 941 890,16	2 343 382,79
Suprimentos			-			-
	267 290,89	1 633 971,11	1 901 262,00	401 492,63	1 941 890,16	2 343 382,79

Anexo

12. Estado e Outros Entes Públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2021 a 2025 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Gerência da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2025		2024	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas			46 407,68	
Pagamentos por conta e Retenções		8 228,00		
Estimativa de imposto (Nota 7)		184 927,26		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-		-	9 081,75
Imposto sobre o valor acrescentado	68 339,89		55 320,89	
Contribuições para a Segurança Social e FCT	-	38 158,01	-	36 402,86
	<u>68 339,89</u>	<u>231 313,27</u>	<u>101 728,57</u>	<u>45 484,61</u>

13. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é detalhado conforme se segue:

	2025	2024
	Total	Total
Venda de bens		
Mercado Nacional	-	-
Mercado Intracomunitário	-	-
Prestação de serviços		
Mercado Nacional	9 616 750,82	8 957 197,98
Mercado Intracomunitário	-	-
	<u>9 616 750,82</u>	<u>8 957 197,98</u>

Anexo

14. Fornecimentos e Serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é detalhada conforme se segue:

	2025	2024
Subcontratos	1 787 778,42	1 968 483,29
Trabalhos Especializados	443 391,65	290 947,10
Publicidade e Propaganda	27 092,76	10 116,76
Vigilância e Segurança	59 894,23	15 355,03
Honorários	9 569,96	11 257,14
Conservação e Reparação	428 084,11	693 592,50
Outros		
Ferramentas e Utens. Desg Rápido	21 006,93	23 820,87
Livros e Docum. Técnica	16,11	259,34
Material de Escritório	20 418,84	16 443,24
Material de Informática	5 259,77	14 818,39
Material de Telemetria e Telegestão	96 729,41	76 320,51
Eletricidade	907 762,67	961 102,60
Combustíveis	93 870,92	94 679,42
Água	395,22	346,31
Deslocações e Estadas	1 824,85	3 212,82
Rendas e Alugueres	288 021,01	334 677,32
Comunicação	207 077,03	200 340,70
Seguros	39 528,18	39 108,23
Contencioso e Notariado	24 031,15	8 229,19
Despesas de Representação	3 116,68	
Limpeza Higiene e Conforto	4 377,50	4 934,90
Outros Serviços	7 684,62	3 838,27
Serviços Bancários	85 288,01	84 837,99
	<u>4 562 220,03</u>	<u>4 856 721,92</u>

15. Benefícios dos empregados

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é detalhada conforme se segue:

	2025	2024
Remunerações do pessoal	1 627 458,22	1 493 731,60
Benefícios pós-Emprego		
Remunerações dos órgãos sociais	62 371,29	58 699,41
Encargos sobre remunerações	379 589,06	361 590,66
Outros Gastos	29 767,64	44 513,64
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	79 363,08	50 741,11
	<u>2 178 549,29</u>	<u>2 009 276,42</u>

Número de Empregados	2025	2024
Início do período	86	81

Anexo

16. Depreciações

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos períodos findos em 31 de dezembro é conforme se segue:

	2025	2024
Activos fixos tangíveis (Nota 5)	1 712 743,39	1 686 564,79
	<u>1 712 743,39</u>	<u>1 686 564,79</u>

17. Outros rendimentos

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme se segue:

	2025	2024
Rendimentos Suplementares		4 432,30
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		9 701,20
Outros	523 020,23	532 115,07
	<u>523 020,23</u>	<u>546 248,57</u>

18. Outros gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme se segue:

	2025	2024
Impostos	319 962,98	351 685,17
Dívidas Incobráveis		
Indeminizações	8 023,65	807,26
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Outros (inclui Sinistros)	5 428,15	6 160,19
	<u>333 414,78</u>	<u>358 652,62</u>

Anexo

19. Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são detalhados conforme se segue:

	2025	2024
Juros obtidos	-	-
Juros suportados		
Financiamentos bancários	30 825,95	57 276,07
Locações financeiras e factoring	- 30 825,95	- 57 276,07
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos	-	-
Outros gastos de financiamento	-	-
	<u>30 825,95</u>	<u>57 276,07</u>

20. Provisões, Passivos e Activos Contingentes

Provisões

O saldo da rubrica “Processos judiciais em curso” integra a estimativa realizada para fazer face às responsabilidades que poderão advir dos processos judiciais em curso, cujo risco foi estimado pela Unidade de Serviços Jurídicos.

Provisões	Situação Inicial	Reversão	Reforço	Saldo Final
Processos judiciais em curso	3000,00 €	-	-	3000,00 €

21. Outras Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Art.º 210º do Código Contributivo:

A Empresa não tem dívidas vencidas e em mora à Segurança Social.

22. Matérias Ambientais

A Empresa tem a obrigação legal de evitar, reduzir e reparar os danos ambientais decorrentes do exercício da sua atividade, incorrendo em dispêndios para assegurar o integral cumprimento das suas obrigações não existindo passivos efetivos ou contingentes de carácter ambiental que devam ser reconhecidos ou divulgados, nem riscos ou obrigações desta natureza que possam ser fiavelmente mensurados e originar saídas prováveis de recursos, a acautelar por via de provisões específicas, pelo que não se justifica definir critérios de mensuração para o efeito, nem quaisquer métodos de ajustamento de valor.

Anexo

23. Acontecimentos após a data da Balanço

Não existiram acontecimentos ocorridos após a data do balanço que dessem origem a ajustamentos às demonstrações financeiras nem a divulgação.

24. Divulgações Adicionais

Situações de mora em pagamentos ao Estado

A Empresa não está em mora no pagamento de contribuições e impostos ao Estado.

Nº de quotas próprias detidas e ou adquiridas durante o período.

Durante o período de 2025, não foram adquiridas ou alienadas quotas próprias e, em 31 de dezembro de 2025, a empresa não detinha quaisquer quotas próprias.

Honorários e serviços prestados pelo revisor oficial de contas:

Os honorários totais faturados durante o período financeiro 2025 pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas ascenderam a 4.800,00€, não tendo a SROC prestado quaisquer outros serviços à Empresa.

25. Nota final

Todas as informações consideradas relevantes para a compreensão da posição financeira e dos resultados da Empresa constam do Relatório de Gestão, do Balanço e respetivos Anexos.

Penafiel, 18 de março de 2026



O conselho de administração
(António Gaspar Ferreira Dias)



A contabilista certificada
(Fátima Teixeira)



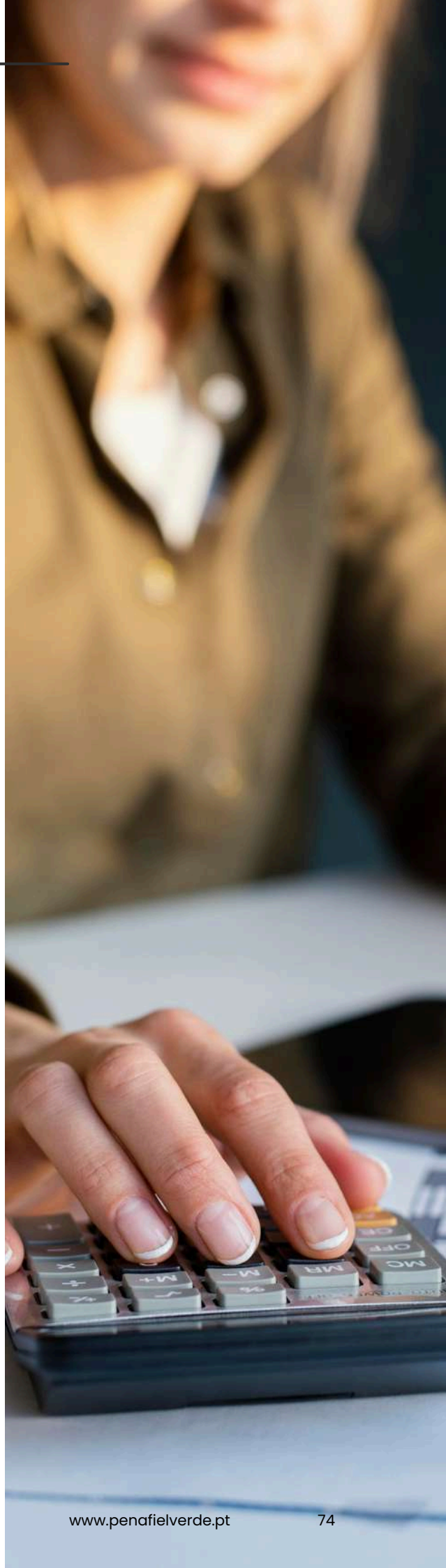
O conselho de administração
(João Paulo Mendes de Oliveira)



O conselho de administração
(Ana Isabel de Freitas Lourenço)

CAPÍTULO IV

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da “Penafiel Verde, E.M.” (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 21667 133,05 euros e um total de capital próprio 15 055 283,46 euros, incluindo um resultado líquido 840 165,41 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da “Penafiel Verde, E.M.” em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 – E14 | 4000-047 PORTO – Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlab-svtm.pt

INSCRITA NA GROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 – CAPITAL SOCIAL € 15.000,00 – NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda pertence à rede de entidades membro de HLB International Limited, cada um dos quais é uma entidade legal autónoma e independente.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA GROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL € 15.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, S.C.R.L., portadora do registo de entidades membros da HLB International Limited, cada um dos quais é uma entidade legal autónoma e independente



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 24 de março de 2026

Assinado por: **Tiago André de Castro Lopes do Vale**
Num. de Identificação: 10605541
Data: 2026.03.24 10:35:04+00'00'



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Tiago André de Castro Lopes do Vale
(ROC N.º 1615 e registado na CMVM com o n.º 20161225)

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 – E14 | 4000-047 PORTO – Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hib.svtm.pt

INSCRITA NA DROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 – CAPITAL SOCIAL € 15.000,00 – NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, LDA pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada um das quais é uma entidade legal autónoma e independente.



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Conselho de Administração

PENAFIEL VERDE, EM

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da PENAFIEL VERDE, E.M., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os quais são da responsabilidade do conselho de Administração

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2025, as Demonstrações dos resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2025 preparado pelo Conselho de Administração da Empresa e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas nem ênfases.

Faço ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 24 de março de 2026

Assinado por: **Tiago André de Castro Lopes do Vale**

Vale

Num. de Identificação: 10605541

Data: 2026.03.24 10:35:35+00'00'



CHAVE MÓVEL

SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Tiago André de Castro Lopes do Vale

(ROC N.º 1615 e registado na CMVM com o n.º 20161225)

www.hlb.svtn.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hib.svtn.pt

INSCRITA NA GROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL € 15.000,00 - NIPC 504 096 864

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, LDA pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada um dos quais é uma entidade legal autónoma e independente.



PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA
PENAFIEL VERDE, E.M.

1. De acordo com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso Parecer sobre os documentos de Prestação de Contas da PENAFIEL VERDE, E.M. do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais compreendem o Balanço, Demonstração dos Resultados, o Anexo, o Relatório de Atividades e os respetivos anexos.
2. Com base nos trabalhos efetuados, elaborámos a Certificação Legal das Contas da PENAFIEL VERDE, E.M. a qual foi emitida nesta data.
3. Somos de Parecer que aprovelem os Documentos de Prestação de Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Porto, 24 de março de 2026

Assinado por: **Tiago André de Castro Lopes do Vale**
Num. de identificação: 10605541
Data: 2026.03.24 10:36:06+00'00'



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Tiago André de Castro Lopes do Vale

(ROC N.º 1615 e registado na CMVM com o n.º 20161225)

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA DROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL € 15.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada um das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

CAPÍTULO V

GOVERNO DA SOCIEDADE

O presente Relatório do Governo Societário da Penafiel Verde, E.M., visa apresentar a situação do governo da sociedade referente ao ano de 2025, conforme as boas práticas que as empresas do setor público empresarial estão obrigadas a apresentar, no qual constam informações sobre todas as matérias relacionadas com a administração da sociedade, designadamente a situação existente e as principais alterações à sua estrutura ocorridas. Neste relatório é apresentada a estrutura de capital, as participações sociais e os órgãos sociais que a compõem, bem como identifica o órgão de fiscalização da atividade da empresa. Para além disso é também apresentada a sua organização interna, os estatutos, o controlo interno e gestão de riscos, bem como os regulamentos e códigos que regem a sua atividade

A Penafiel Verde, E.M., doravante referida como Penafiel Verde, pessoa coletiva n.º 507 700 651, é uma entidade empresarial de natureza municipal, criada pelo Município de Penafiel, com a qualificação de empresa municipal de gestão de serviços de interesse geral, conforme o artigo 45.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto. Assume um modelo de governo societário que assegura a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização. Assim, o órgão de administração é constituído pelo Conselho de Administração que integra 3 administradores e o órgão de fiscalização é composto pelo Fiscal Único, representado pelo Revisor Oficial de Contas (ROC). São igualmente divulgadas as remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização.

Por esta via, conjugada com a apresentação do Relatório de Gestão e Contas, a empresa informa os acionistas e o público em geral do modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público. Finalmente é feita uma avaliação do Governo Societário, em todas as suas vertentes.

CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo		sim	não	Data
Artigo 43.º	Apresentou plano de atividades e orçamento para 2025 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	X		CA 03/12/2024
	Obteve aprovação pelas tutelas setorial e financeira do plano de atividades e orçamento para 2025	X		AG 10/12/2024
Artigo 44.º	Divulgou informação sobre estrutura acionista, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios	X		Sempre que a mesma foi sujeita a atualização
Artigo 45.º	Submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa	X		24/03/2025
Artigo 46.º	Elaborou o relatório identificativo de ocorrências, ou risco de ocorrências, associado à prevenção da corrupção, de 2024	X		24/04/2025
Artigo 47.º	Adotou um código de ética e divulgou o documento	X		02/07/2024
Artigo 48.º	Tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, caso lhe esteja confiada	X		Contrato de Gestão Delegada 21/03/2023
Artigo 49.º	Prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental	X		
Artigo 50.º	Implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade	X		Plano para a igualdade de género (Revisão02) 22/08/2024 Regulamento de avaliação de desempenho 09/12/2024
Artigo 51.º	Declarou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se abstêm de participar nas decisões que envolvam os seus próprios Interesses	X		
Artigo 52.º	Declarou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de comunicar as participações patrimoniais que detenham na empresa e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-Geral de Finanças	X		
Artigo 53.º	Providenciou no sentido de que a UTAM tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do sítio na internet da Unidade Técnica	X		
Artigo 54.º	Apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)	X		

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

O Contrato de Gestão Delegada em articulação com o Contrato Programa, celebrado entre o Município de Penafiel e a Empresa Penafiel Verde, define objetivos estratégicos integrados nos objetivos materializados em indicadores de cobertura e de qualidade de serviço, de desempenho ambiental, de produtividade e de eficiência de gestão.

Os Objetivos Estratégicos subjacentes à criação da Empresa são os seguintes:

- a) A promoção tendencial da sua universalidade e garantia de igualdade no acesso;
- b) A garantia da qualidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores;
- c) O desenvolvimento da transparência na prestação dos serviços;
- d) A proteção da saúde pública e do ambiente;
- e) A garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos, respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
- f) A promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento do Município.

ESTRUTURA DE CAPITAL

A Penafiel Verde, E.M. é uma Pessoa Coletiva de Direito Privado de Natureza Municipal, constituída como empresa local, que tem como único acionista o Município de Penafiel, com o número fiscal 501 073 663.

A empresa está sediada na Rua Abílio Miranda, nº 89, 4560-501 Penafiel, no distrito do Porto, concelho e freguesia de Penafiel, em Portugal. Constituída sob o número de pessoa coletiva 507 700 651, a Penafiel Verde, E.M. possui um capital social de 6.000.000,00 euros

PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

A Penafiel Verde, E.M., não detém participações sociais.



ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

MODELO DE GOVERNO

Os órgãos sociais da Penafiel Verde, E.M., são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral.

O Fiscal Único é designado pela Assembleia Municipal do Município de Penafiel, sob proposta da referida Câmara Municipal.

O mandato dos titulares dos órgãos estatutários é coincidente com o mandato dos órgãos autárquicos, sem prejuízo dos atos de exoneração e da continuidade de funções até à sua efetiva substituição.

Os órgãos sociais da empresa foram eleitos para o mandato 2025-2029 em reunião de Assembleia Geral realizada em 19/11/2025, conforme proposta aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal de Penafiel, realizada em 17 de novembro de 2025.

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: António Fernando Mesquita Barbeitos

Secretária: Márcia Daniela Rocha Gomes

Representante da Câmara Municipal: Pedro Miguel Ferreira Barbosa

FISCALIZAÇÃO

Fiscal Único: Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda inscrita sob o nº 155, representada por Tiago André de Castro Lopes do Vale, ROC nº 1615 NIPC: 504096664

Suplente do Fiscal Único: Teresa Maria da Cunha Soares, ROC nº 1405 NIF: 215353064

ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

- **Presidente: António Gaspar Ferreira Dias**

A Presidente do Conselho de Administração, com funções executivas. Os estatutos da empresa determinam como competência do Presidente do Conselho de Administração:

- Coordenar as atividades de gestão e de administração;
- Garantir a adoção de procedimentos de controlo interno;
- Representar a Penafiel Verde em juízo e fora dele, ativa e passivamente e em quaisquer atos ou contratos em que ela deva intervir;
- Convocar e presidir às reuniões do Conselho de Administração;
- Desempenhar as demais competências estabelecidas nos estatutos e nos regulamentos internos

- **Vogal executivo: João Paulo Mendes de Oliveira**

- **Vogal não executiva: Ana Isabel de Freitas Lourenço**



REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A revisão Oficial de Contas tem sido assegurada desde 06/07/2006 consecutivamente pela sociedade SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA., inscrita sob o nº 155, representada por Tiago André de Castro Lopes do Vale, ROC nº 1615, e Teresa Maria da Cunha Soares, ROC nº 1405, Fiscal único Suplente. A última nomeação é de 19 de dezembro de 2025.

A sociedade de Revisores Oficiais de Contas não presta outros serviços à Penafiel Verde. O Revisor Oficial de Contas que representa a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas também não presta outros serviços à empresa.

(Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC		Designação			N.º de anos de funções exercidas na empresa
		Nome	N.º inscrição na OROC	Forma (1)	Data	Contratada	
19/12/25 ao presente	ROC Efetivo	Tiago André de Castro Lopes do Vale	1615	Assembleia Municipal	19/12/2025	Nomeação	-
19/12/25 ao presente	ROC Suplente	Teresa Maria da Cunha Soares Martins	1405	Assembleia Municipal	19/12/2025	Nomeação	-
06/07/06 ao 18/12/25	ROC Efetivo	João Trigo de Moraes	881	Assembleia Municipal	06/07/2006	Nomeação	19
07/02/18 ao 18/12/25	ROC Suplente	Tiago André de Castro Lopes do Vale	1615	Assembleia Municipal	07/02/2018	Nomeação	7
14/01/14 a 06/02/18	ROC Suplente	Teresa Maria da Cunha Soares Martins	1405	Assembleia Municipal	14/01/2014	Nomeação	4
06/07/06 a 13/01/14	ROC Suplente	Joaquim Manuel Martins da Cunha	859	Assembleia Municipal	06/07/2006	Nomeação	7

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas:	2025
Revisão legal das contas, serviços de garantia de fiabilidade, consultoria fiscal e outros serviços.	4 800,00



ORGANIZAÇÃO INTERNA

ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos e aumentos de capital da empresa.

Sem prejuízo da comunicação de irregularidades/denúncias para as entidades oficiais qualquer colaborador ou entidade externa pode também efetuar a sua comunicação através do canal interno de denúncias, reportar diretamente ao Conselho de Administração da empresa ou registar no livro de reclamações eletrónico no site da empresa: www.penafielverde.pt.

A Penafiel Verde, dispõe de ferramentas de prevenção, implementação e controlo que visam assegurar a atuação de acordo com os seus princípios e valores, destacando-se os procedimentos internos, o Plano De Prevenção De Riscos De Corrupção E Infrações Conexas.

Dando cumprimento à recomendação do MENAC, a Penafiel Verde, EM, possui um Plano de cumprimento normativo, e uma avaliação de riscos onde se identificam as áreas mais críticas quanto à ocorrência de potenciais atos de fraude ou corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e a sua probabilidade de ocorrência. Este Plano está disponível no sítio empresa.

É efetuada a avaliação do cumprimento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da empresa (última avaliação outubro de 2025).

Por forma a dar cumprimento à recomendação do MENAC, relativa à gestão de conflitos de interesses no setor público, a empresa implementou declarações de conflito de Interesse, subscritas pelos administradores e os colaboradores com funções em áreas potencialmente sujeitas à ocorrência de atos de corrupção.



CONTROLO INTERNO E PREVENÇÃO DE RISCOS

A Penafiel Verde, E.M. dispõe de um Sistema de Controlo Interno (SCI) adequado à sua dimensão, estrutura organizativa e complexidade operacional, cujo principal objetivo é assegurar a salvaguarda dos investimentos públicos e dos ativos da empresa, garantindo a conformidade legal e regulatória, a eficiência das operações e a fiabilidade da informação financeira e operacional. O SCI abrange todos os riscos relevantes associados à atividade da empresa, incluindo riscos económicos, financeiros, operacionais, jurídicos e ambientais, assegurando um acompanhamento contínuo e sistemático dos mesmos.

A responsabilidade pela implementação e monitorização do sistema de controlo interno e da política de gestão de risco está atribuída ao Conselho de Administração, com o apoio funcional da Unidade de Controlo Interno (UCI), que desempenha um papel fundamental na identificação, avaliação e reporte de riscos. Adicionalmente, a empresa beneficia da atuação de um Revisor Oficial de Contas (ROC) externo, que realiza auditorias financeiras periódicas e contribui para o reforço dos mecanismos de controlo e prevenção.

A Penafiel Verde, E.M. dispõe de uma política de gestão de risco enquadrada num plano estratégico, onde são definidos os níveis de risco aceitáveis tendo em consideração a natureza da atividade e os objetivos estratégicos da empresa.

A estrutura orgânica da empresa está organizada de forma a garantir uma clara definição de responsabilidades e uma eficaz articulação entre as diversas unidades. O organograma funcional define as relações de subordinação direta ao Conselho de Administração e o papel transversal de algumas áreas, como o Controlo Interno, Qualidade, Ambiente e Segurança, que possuem competências específicas na identificação e controlo de riscos operacionais e ambientais.

Para além das áreas supramencionadas, o departamento jurídico também desempenha um papel ativo na prevenção de riscos jurídicos e laborais, promovendo o cumprimento das obrigações legais e contratuais da empresa, bem como a atualização normativa e regulamentar.

Os principais riscos identificados incluem:

Económicos e financeiros: variações tarifárias, aumento de custos operacionais, flutuações no consumo e no financiamento público;

Operacionais: falhas em sistemas de abastecimento, incidentes em infraestruturas críticas, interrupções nos serviços essenciais;

Jurídicos: incumprimento legal ou contratual, litígios com terceiros, alterações legislativas com impacto na atividade;

Ambientais: contaminações, acidentes ambientais, não conformidades com requisitos legais ou normativos em matéria de ambiente e segurança.

O processo de gestão de risco adotado pela Penafiel Verde, E.M. baseia-se nas boas práticas de gestão pública, incluindo as seguintes etapas:

1. Identificação dos riscos em cada área funcional e projeto relevante;
2. Avaliação da probabilidade e impacto de ocorrência;
3. Acompanhamento e monitorização através de indicadores-chave de desempenho e planos de ação específicos;
4. Controlo e prevenção, com a implementação de medidas técnicas, operacionais e administrativas;
5. Mitigação, através da revisão contínua de procedimentos, atualização de planos de contingência e capacitação dos colaboradores.

Relativamente ao processo de divulgação de informação financeira, o SCI integra controlos específicos para garantir a integridade, fiabilidade e transparência dos dados reportados. Entre os principais elementos implementados destacam-se:

- A segregação de funções nas fases de preparação, verificação e aprovação de dados financeiros;
- A utilização de sistemas informáticos certificados, que asseguram rastreabilidade e integridade da informação;
- A existência de procedimentos formalizados de fecho mensal e anual de contas;
- A validação periódica dos registos contabilísticos e reconciliação de contas por técnicos qualificados;
- A supervisão direta do Conselho de Administração sobre a informação financeira a divulgar, garantindo o cumprimento das obrigações legais e a transparência.

REGULAMENTOS E CÓDIGOS

A Penafiel Verde, EM rege-se por um conjunto de regulamentos internos e externos que asseguram o cumprimento das normas legais, a qualidade dos serviços prestados e o bom funcionamento organizacional. Os principais regulamentos incluem:

- ERSAR - Regulamento dos Serviços de Águas e Resíduos: Define as normas de qualidade, segurança e eficiência dos serviços de abastecimento de água. A empresa está sujeita à fiscalização da ERSAR, assegurando a conformidade com os indicadores de desempenho e qualidade do serviço.
- Código dos Contratos Públicos (CCP): Estabelece as regras a observar na contratação pública de bens, serviços e empreitadas. A empresa cumpre rigorosamente os procedimentos legais previstos no CCP, assegurando transparência e igualdade de tratamento.
- Regulamento n.º 99/2014 da Penafiel Verde: Concretiza os requisitos de qualidade da água para consumo humano no âmbito da atuação da empresa municipal Penafiel Verde, impondo exigências de controlo analítico e de comunicação com os utentes.
- Regulamento Interno de Assiduidade e Pontualidade: Define os deveres dos trabalhadores quanto à presença e pontualidade no exercício das suas funções, bem como os procedimentos de justificação de faltas.
- Regulamento de Avaliação de Desempenho: Estabelece os critérios e procedimentos de avaliação do desempenho dos colaboradores, promovendo o mérito, a eficiência e a progressão profissional.
- Norma de Controlo Interno: Visa garantir a segurança e fiabilidade dos processos administrativos, financeiros e operacionais da empresa, com vista à prevenção de riscos e à melhoria contínua.
- Regulamento de Gestão de Frota: Regula a utilização e manutenção dos veículos da empresa, promovendo a eficiência, segurança e sustentabilidade na mobilidade.
- Plano de Igualdade de Género: Estabelece medidas para garantir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na empresa, prevenindo situações de discriminação.
- Regulamento de Piquete: Define os princípios e regras aplicáveis à prestação de serviço em regime de prevenção e intervenção urgente fora do horário normal de trabalho.



CÓDIGO DE ÉTICA

a) A empresa municipal possui um Código de Ética e Conduta, atualizado pela última vez em julho de 2024, que estabelece padrões elevados de comportamento ético e deontológico. Este código é amplamente divulgado junto dos colaboradores através da intranet e reuniões internas, sendo igualmente disponibilizado aos clientes e fornecedores no website institucional.

b) A empresa cumpre integralmente a legislação e regulamentação vigente, promovendo um tratamento equitativo de todos os intervenientes com os quais estabelece relações. Tal inclui colaboradores, clientes, fornecedores, credores e demais entidades, conforme disposto no artigo 47.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE).

REGIME GERAL DA PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO (RGPC)

a) A empresa municipal elaborou e implementou um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR), nos termos do artigo 6.º do RGPC (anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro).

b) Sempre que identificadas situações de risco elevado ou máximo, a empresa procede à elaboração de um relatório de avaliação intercalar, em conformidade com a alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º do RGPC.

c) Anualmente é elaborado um relatório de avaliação global da execução do PPR, conforme exigido pela alínea b) do n.º 4 do artigo 6.º do RGPC e pelo artigo 46.º do RJSPE.

d) A empresa adotou um Código de Conduta Anticorrupção, nos termos do artigo 7.º do RGPC, reforçando o compromisso com a ética, a transparência e a legalidade em todas as suas atividades.

DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

A Penafiel Verde, nos termos do artigo 44.º do RJSPE e dos seus estatutos, cumpre os deveres especiais de informação através da comunicação direta às entidades competentes e ao acionista. Esta comunicação inclui o envio atempado e rigoroso da seguinte informação:

a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras empresas, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo, assegurando a transparência e o controlo da exposição financeira da empresa;

b) Grau de execução dos objetivos fixados, com justificação dos desvios verificados face ao previsto, bem como a indicação das medidas corretivas aplicadas ou em fase de implementação;

c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e respetivas fontes de financiamento, permitindo uma avaliação prospetiva da sustentabilidade e eficiência da atuação da empresa;

d) Orçamento anual e plurianual, em conformidade com as regras de planeamento económico-financeiro em vigor;

e) Documentos anuais de prestação de contas, permitindo a análise da situação económica, financeira e patrimonial da empresa;

f) Relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos respetivos pareceres do órgão de fiscalização, promovendo a transparência e o acompanhamento regular da gestão financeira.



SÍTIO, NA INTERNET



Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC):

- Website: www.penafielverde.pt

Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões:

- Estatutos da empresa: [Estatutos](#)
- Regulamento de serviço: [Regulamento Penafiel Verde](#)

Titulares dos órgãos sociais e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios:

- Informação sobre os órgãos sociais: [Conselho de Administração](#)
- Remunerações dos membros dos órgãos sociais: [Remunerações Totais](#)

Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais:

- Documentos institucionais, incluindo prestação de contas: [Informação Financeira](#)

Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público:

- Contrato Programa: [Contrato Programa](#)
- Contrato de Gestão Delegada: [Contrato de Gestão Delegada](#)

Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada:

- Regulamentos disponíveis em: [Documentos Institucionais](#)

Código de Ética:

- Código de Ética e Conduta (revisão 2024): [Código de Ética e Conduta](#)

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR):

- Plano disponível em: [PPR](#)

Relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo:

- Relatório de avaliação intercalar (outubro de 2025): [Relatório Intercalar](#)

Relatório de avaliação anual no âmbito da execução do PPR:

- Relatório de execução do PPR 2024: [Relatório Anual](#)

Código de Conduta:

- Incluído no Código de Ética e Conduta: [Código de Ética e Conduta](#)

Relatório sobre remunerações por género: [Remunerações por género](#)

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO OU DE INTERESSE GERAL

Por protocolo celebrado a 1 de agosto de 2006 e por contrato de gestão delegada celebrado a 21 de março de 2023, foi delegada pelo Município de Penafiel, na Penafiel Verde, E.M., a competência para a prestação de serviços públicos nas áreas do abastecimento de água, incluindo a captação e distribuição de água para consumo público e do saneamento de águas residuais urbanas.

A prestação deste serviço público está devidamente contratualizada através de contrato de gestão delegada e de contrato-programa celebrado entre a Penafiel Verde, E.M. e o Município de Penafiel, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 48.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE).

No âmbito da prossecução do seu objeto, compete à Penafiel Verde, E.M.:

- a) A expansão das redes de água e saneamento;
- b) A execução de novos ramais de ligação;
- c) O investimento em equipamento informático para melhoria da capacidade de resposta aos municípios;
- d) A aquisição e instalação de equipamentos de controlo e gestão da pressão na rede;
- e) A renovação e reparação das redes existentes de água e saneamento;
- f) A reparação e manutenção de ETARs e estações elevatórias;
- g) A substituição e renovação de equipamentos eletromecânicos;
- h) A drenagem e tratamento de águas residuais nos vários subsistemas do concelho de Penafiel;
- i) A promoção de ações de sensibilização, informação e educação ambiental e cívica, com enfoque na valorização e uso eficiente da água.

Deste modo, não se aplica a necessidade de apresentar nova proposta de contratualização nos termos dos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 48.º do RJSPE, por já existir contrato válido em vigor que regula de forma completa a prestação do serviço público em questão.

REMUNERAÇÕES

COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

A fixação da política remuneratória dos membros dos órgãos sociais é da competência da Assembleia Geral. A política remuneratória vigente foi fixada em Assembleia Geral, em estrita observância do Estatuto do Gestor das Empresas Locais, na sua atual redação, no Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e dos seus estatutos.



TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

1.A Penafiel Verde, E.M. implementou mecanismos de controlo interno destinados a garantir a transparência e conformidade nas transações com partes relacionadas, nos termos da NCRF 5 e do n.º 4 do artigo 63.º do CIRC. No ano de referência, não foram identificadas transações com partes relacionadas que exigissem aprovação ou controlo específico adicional.

2.Relativamente a outras transações:

- a) A aquisição de bens e serviços é realizada de acordo com os procedimentos previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP), garantindo os princípios da concorrência, transparência e igualdade de tratamento;
- b) Não ocorreram transações em condições distintas das de mercado;
- c) Lista de fornecedores com transações com a empresa que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos.

Fornecedor	Valor €	%FSE TOTAL	Observações
Simdouro - Saneamento do Grande Porto S A	1 206 418	26%	Recolha de águas residuas
Endesa Energia S a Sucursal Portugal	597 340	23%	Fornecimento de energia de média tensão
TOTAL	Valor de FSE no ano de 2025: 4 562 220 €		



ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

1.A Penafiel Verde, E.M. tem vindo a adotar estratégias orientadas para a sustentabilidade económica, social e ambiental da sua atividade, alinhadas com os objetivos definidos no contrato-programa e no contrato de gestão delegada. Estas estratégias têm-se traduzido num grau elevado de cumprimento das metas fixadas, nomeadamente no investimento na melhoria das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, na eficiência operacional e na promoção da literacia ambiental junto da comunidade.

2.As políticas prosseguidas visam assegurar a eficiência económica e financeira, através da gestão criteriosa dos recursos, o desempenho ambiental, com enfoque na proteção dos recursos hídricos e tratamento eficaz de águas residuais, e a qualidade dos serviços prestados, com base na conformidade com as normas da ERSAR.

3.A empresa cumpre os princípios de boa gestão empresarial através das seguintes medidas:

a) Definição de uma política de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, materializada em ações de sensibilização e na prestação de serviço público de qualidade, com especial atenção à proteção dos consumidores;

b) Implementação de políticas de proteção ambiental, incluindo investimentos em tecnologia e equipamentos para controlo da pressão da rede, renovação das infraestruturas e cumprimento rigoroso da legislação ambiental em vigor;

c) Adoção de um Plano de Igualdade de Género, com vista à promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e à conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, conforme o disposto no artigo 50.º do RJSPE.

d) Adoção de medidas concretas no âmbito do Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro, bem como a elaboração do relatório previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;

4.Definição de políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, o fortalecimento da motivação, o aumento da produtividade, o respeito e a integridade no tratamento dos trabalhadores, promovendo ativamente a sua valorização profissional;

5.Desenvolvimento de uma política de responsabilidade económica, salvaguardando a competitividade da empresa por via da inovação, investigação, desenvolvimento e integração de novas tecnologias nos processos produtivos.

Estas ações são reflexo do compromisso contínuo da Penafiel Verde, E.M. com a sustentabilidade e o desenvolvimento equilibrado do concelho de Penafiel.

AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Princípios	Grau de Cumprimento	Fundamentação
São empresas locais as que:		
As entidades públicas participantes cumpram um dos requisitos: a) Detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto; b) Direito de designar ou destituir a maioria dos membros do órgão de gestão, de administração ou de fiscalização; c) Qualquer outra forma de controlo de gestão.	Total	A Penafiel Verde é detida por um acionista, o Município de Penafiel, sendo este que elege a Assembleia Geral que por sua vez elege ou destitui os outros órgãos de gestão
As empresas locais têm como objeto:		
Exploração de atividades de interesse geral ou a promoção do desenvolvimento local e regional	Total	A Penafiel Verde, desenvolve a sua atividade na área do abastecimento público de água e saneamento de águas residuais urbanas
Princípios orientadores:		
As empresas locais de gestão de serviços de interesse geral devem prosseguir as missões que lhes estejam atribuídas	Total	A Penafiel Verde cumpre a sua missão e os objetivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente. Anualmente, é apresentado no relatório de contas uma avaliação da atividade desenvolvida.
Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objetivos e das políticas.	Total	A divulgação da missão da Penafiel Verde, dos seus objetivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu relatório de contas anual, no sítio na internet.
Elaborar planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis tendo em conta o cumprimento da missão e dos objetivos definidos	Total	A Penafiel Verde elabora anualmente o seu plano de atividades e orçamento de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e objetivos fixados.
Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objetivos a atingir e os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo.	Total	A Penafiel Verde definiu, de forma organizada, a estratégia e os princípios para atingir os objetivos definidos.
Adotar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional	Total	A Penafiel Verde, preconiza a diversidade garantindo a igualdade de oportunidades aos seus colaboradores.
Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor, devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres	Total	Toda a atividade da Penafiel Verde é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas.

AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Princípios	Grau de Cumprimento	Fundamentação
Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional.	Total	A Penafiel Verde aposta na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas. A Penafiel Verde elaborou um Regulamento de Avaliação de Desempenho que se encontra aprovado e que pretende ser um documento motivador
Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adotados no que se refere à aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito	Total	A Penafiel Verde, respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e tem implementado um conjunto de boas práticas internas orientadas por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades e com vista à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência. A Penafiel Verde utiliza uma Plataforma de Contratação Pública de forma a garantir a transparência e concorrência
Conduzir com integridade os negócios da empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas.	Total	A Penafiel Verde pauta a sua atuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas. O código de ética e conduta da Penafiel Verde expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objetivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para um desenvolvimento sustentável consolidado. A Penafiel Verde, elaborou o plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, o qual visa reforçar o compromisso individual de cada colaborador com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros.
Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral.	Total	O Código de Ética e de Conduta da Penafiel Verde, que foi devidamente divulgado aos colaboradores e encontra-se disponível no sítio na internet.
Celebração de contratos-programa com empresas locais de serviços de interesse geral:		
Prestação de serviços de interesse geral pelas empresas locais e os correspondentes subsídios à exploração dependem da prévia celebração de contratos-programa com as entidades públicas participantes	Total	A Penafiel verde tem um contrato programa celebrado com o Município de Penafiel

AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Princípios	Grau de Cumprimento	Fundamentação
Administração e fiscalização:		
As empresas locais dispõem sempre de uma assembleia geral e de um fiscal único	Total	A Penafiel verde dispõe de uma Assembleia Geral e Fiscal Único
Deter órgãos de administração e de fiscalização conforme consta do Regime Jurídico das Empresas Locais	Total	A Penafiel Verde dispõe de um Conselho de Administração e Fiscal Único
Ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização	Total	O modelo de governo da Penafiel Verde assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os estatutos pelos seguintes órgãos sociais: A Assembleia Geral; O Conselho de Administração; O Revisor Oficial de Contas (Fiscal único). Anualmente é elaborado o relatório com parecer do ROC sobre os documentos de prestação de contas anuais. O relatório é publicado em conjunto com os documentos de prestação de contas da empresa.


A empresa compromete-se a manter uma estrutura de governo societário alinhada com os princípios da boa gestão pública, da transparência e da responsabilidade perante os seus stakeholders.

Penafiel, 18 de março de 2026

O Conselho de Administração



Presidente
(António Gaspar Ferreira Dias)



Vogal executivo
(João Paulo Mendes de Oliveira)



Vogal não executiva
(Ana Isabel de Freitas Lourenço)



Relatório e Parecer do Fiscal Único sobre o Relatório do Governo Societário

Introdução

A Penafiel Verde, EM (a Entidade), rege-se pelos seus estatutos, aprovados a 5 de maio de 2006. É uma sociedade que pertence ao setor empresarial local, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Rege-se assim pelos princípios e regras do setor empresarial local vertidas na Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Enquadramento

De acordo com o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE) as empresas públicas têm de apresentar anualmente um relatório de boas práticas de governo societário do qual conste informação atual e completa sobre todas as matérias nele reguladas, competindo ao fiscal único aferir o cumprimento destes requisitos.

Principais Considerações

A Penafiel Verde, EM, realizou o seu Relatório sobre o Governo Societário cumprindo as disposições em vigor, apresentando a Missão, objetivos e políticas da sociedade, a estrutura de capital e identificando os Órgãos Sociais (de administração e fiscalização). Foi também divulgada a estrutura interna e forma de organização assim como as remunerações auferidas.

As transações com as partes relacionadas - Município de Penafiel - detentor do capital, foram detalhadas e por nós validadas.

A entidade apresentou no seu relatório, uma Análise de Sustentabilidade da Entidade nos domínios Económico, Social e Ambiental, tal como previsto nas disposições legais.

Em 20 de março de 2026 o Conselho de Administração da Penafiel Verde, EM aprovou o Relatório de Governo Societário, o qual faz parte do Relatório e Contas da Sociedade referente ao exercício findo a 31 de dezembro de 2025.

Parecer

Em cumprimento do estabelecido no nº2 do artigo 54º do Decreto-Lei 133/2013 de 3 de outubro, que aprovou o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), o Fiscal Único é de parecer que o Relatório de Governo Societário da Penafiel Verde, EM relativo ao exercício findo a 31 de dezembro de 2025, inclui informação atual e completa sobre as informações reguladas naquele diploma.

Porto, 24 de março de 2026

Assinado por: **Tiago André de Castro Lopes do Vale**
 Num. de Identificação: 10605541
 Data: 2026.03.24 10:36:40+00'00'



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
 Representada por João Manuel Trigo de Moraes
 (ROC N.º 881 e registado na CMVM com o n.º 20160501)

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA DROC SOB O N.º ISS E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL € 15.000,00 - NIPC 504 096 864

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, LDA pertence à rede de entidades membros de HLB International Limited, cada um das quais é uma entidade legal autónoma e independente.